



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea
Órgão Agregador

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas – CREA-AL
Unidade Jurisdicionada Agregada

Maceió - AL, 2018.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea
Órgão Agregador

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2017.

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013 e nº 139/2014 e das orientações do órgão de controle interno.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas – CREA-AL
Unidade Jurisdicionada Agregada

Superintendência
Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão

Maceió - AL, 2018.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
LISTA DE ABREVIATURAS

- 1) CREA-AL – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas
- 2) ACO- Assessoria de Comunicação
- 3) ART- Anotação de Responsabilidade Técnica
- 4) ATE- Assessoria Técnica
- 5) CAM – Secretaria das Câmaras
- 6) CTD – Controladoria
- 7) DAP – Departamento de atendimento ao Público
- 8) DCO – Departamento de Cobrança da Dívida Ativa
- 9) DFC – Departamento Financeiro Contábil
- 10) DPF – Departamento de Cadastro de Pessoa Física
- 11) DPJ – Departamento de Cadastro de Pessoa Jurídica
- 12) DRH- Departamento de Recursos Humanos
- 13) DAS- Departamento de Serviço e Almoxarifado
- 14) GFC- Gerência Financeira Contábil
- 15) GFI – Gerência de Fiscalização
- 16) GIF- Gerência de Infra- estrutura
- 17) GOP- Gerência Operacional
- 18) GTI- Gerência da Tecnologia da Informação
- 19) JUR- Assessoria Jurídica
- 20) OUV- Ouvidoria
- 21) PRO- Protocolo
- 22) RPF – Registro de Pessoa Física Protocolo
- 23) RPJ- Registro de Pessoa Jurídica Protocolo
- 24) SAC- Secretaria de Apoio Colegial
- 25) SEC- Secretaria da Presidência
- 26) SUP- Superintendência
- 27) SITAC - Sistema de Informações Técnicas Administrado pelo CREA
- 28) TOD- Setor Inspetoria
- 29) C.E.E.C. - Câmara Especializada de Engenharia Civil.
- 30) C.E.A.G. - Câmara Especializada de Agronomia.
- 31) C.E.E.E. - Câmara Especializada de Engenharia Elétrica
- 32) C.E.S.T. - Câmara Especializada de Segurança do Trabalho.
- 33) C.E.E.M.M.M.A.G.Q. - Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, Metalúrgica, Minas, Agrimensura, Geologia e Química.
- 34) ASTEC- Assessoria Técnica
- 35) CONFEA- Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
- 36) MAC - Movimento Alagoas Competitiva
- 37) MEG - Modelo de Excelência na Gestão
- 38) FNQ - Fundação Nacional da Qualidade
- 39) URA - Unidade de Resposta Audível
- 40) PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários
- 41) PDV - Plano de Demissão Voluntária



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

42) RI - Regimento Interno



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA AGREGADA.....	11
QUADRO 2 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	15
QUADRO 3 - Perspectiva Sustentabilidade Financeira.....	23
QUADRO 4 - Perspectiva Clientes e Sociedade	24
QUADRO 5 - Perspectiva Processos Internos.....	25
QUADRO 6 - Perspectiva Pessoas, aprendizado e crescimento	25
QUADRO 7 - COMPARAÇÃO ENTRE OS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	33
QUADRO 8 -DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	35
QUADRO 9 - DEMONSTRAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO.....	35
QUADRO 10 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	36
QUADRO 11 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELO CONSELHO NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	38
QUADRO 12 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA ENTIDADE NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	38
QUADRO 13 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE	39
QUADRO 14 - FORMA DE PARTILHA DA RECEITA	42
QUADRO 15 - NATUREZA DA RECEITA	43
QUADRO 16 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	44
QUADRO 17 - DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	45
QUADRO 18 - RESUMO DA FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL REALIZADA EM 2017	48
QUADRO 19 - QUANTITATIVO DE RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO – 2017	49
QUADRO 20 - RELATÓRIO GERAL DE FISCALIZAÇÃO - 2017.....	49
QUADRO 21 - COMPARATIVO DAS PRINCIPAIS SOLICITAÇÕES DE PESSOA FÍSICA.....	49
QUADRO 22 - COMPARATIVO DAS PRINCIPAIS SOLICITAÇÕES DE PESSOA JURÍDICA	50
QUADRO 23 - QUANTITATIVO DE ART'S REGISTRADAS EM 2016 E 2017	50
QUADRO 24 - Pontos Fortes Identificados.....	51



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

QUADRO 25 - Pontos Fracos Identificados.....	52
QUADRO 26 - Ameaças Identificadas.....	53
QUADRO 27 - Oportunidades Identificadas	53
QUADRO 28 - Cruzamento da análise dos Pontos Fortes e Ameaças.....	54
QUADRO 29 - Forças Internas e Externas	55
QUADRO 30 - COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO DO CREA-AL NO EXERCÍCIO DE 2017	58
QUADRO 31 - COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DO CREA-AL NO EXERCÍCIO DE 2017	62
QUADRO 32 - COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2017	63
QUADRO 33 - Detalhamento das atividades de auditoria realizadas	68
QUADRO 34 - RELATÓRIO DE DIÁRIAS EM 2017	75
QUADRO 35 - RELATÓRIO DE PASSAGENS EM 2017	80
QUADRO 36 - RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO CREA-AL EM 2017	87
QUADRO 37 - DESPESAS COM PESSOAL	88
QUADRO 38 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	92
QUADRO 39 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ..	92
QUADRO 40 - PRINCIPAIS INDICADORES	101
QUADRO 41 - DRE - CREA-AL.....	112
QUADRO 42 - DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA DO CREA-AL	113

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Organograma Funcional do CREA-AL	19
Figura 2 - Etapas da Elaboração do Planejamento Estratégico.....	21
Figura 3 - IMAGEM DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.....	110
Figura 4 - Comportamento da Receita do CREA-AL	114



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I – RELAÇÃO COMPLETA DE GASTOS COM FUNCIONÁRIOS

ANEXO II – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO III – MANUAL DE PROCEDIMENTOS E ORIENTAÇÕES QUANDO A REALIZAÇÃO DE
COBRANÇA DAS ANUIDADES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	10
2. VISÃO GERAL.....	11
2.1. Finalidade.....	11
2.2. Competências	12
2.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	13
2.4. Breve histórico da entidade	13
2.5. Organograma	15
Inspetoria	19
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	20
3.1. Planejamento Organizacional	20
3.2. Descrição sintética dos objetivos do exercício	23
3.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	26
3.4. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	28
3.5. Desempenho Orçamentário	32
3.6. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	32
3.7. Execução descentralizada com transferência de recursos	37
3.8. Informações sobre a realização das receitas	41
3.9. Informações sobre a execução das despesas	44
3.10. Desempenho operacional	46
3.11. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	51
Análise do ambiente externo – Ameaças	53
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	56
4.1. Descrição das estruturas de governança	56
4.2. Informações sobre dirigentes e colegiados	57
4.3. Atuação da unidade de auditoria interna.....	65
4.4. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos.....	68
4.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados.....	75
4.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada.....	83
5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	84
5.1. Gestão de pessoas	84
5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade.....	84
5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal	88



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

5.1.3.	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	89
5.1.4.	Contratação de mão de obra temporária	91
5.2.	Gestão da tecnologia da informação	93
5.2.1.	Principais sistemas de informações	93
6.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	101
6.1.	Canais de acesso do cidadão	101
6.2.	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	104
6.3.	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	105
6.4.	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	110
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	111
7.1.	Desempenho financeiro no exercício	111
7.2.	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	114
7.3.	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	115
7.4.	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	115



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

1. APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão tem como objetivo apresentar ao TCU a prestação de contas do Exercício de 2017, de acordo com a Decisão Normativa TCU 161 de 1/11/ 2017.

No exercício de 2015, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas (CREA-AI) formou parceria com o Movimento Alagoas Competitiva (MAC) para implantação do Modelo da Excelência em Gestão (MEG), no qual se procurou aumentar a maturidade da gestão e criar uma governança corporativa profissional, adequada as demandas e anseios da sociedade alagoana; a implantação da Gerência de Recursos Humanos e de Planejamento; a atualização do Planejamento Estratégico, traçando novas metas e objetivos a serem cumpridas até 2020.

Em 2016, com essas iniciativas, o Conselho recebeu o prêmio estadual da qualidade no quesito 250 pontos, que é baseado no modelo de excelência e gestão da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). Em 2017, pelo segundo ano consecutivo, o CREA-AI conquistou o prêmio na mesma categoria.

Na área de Gestão de pessoas foi reformulado no Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), permitindo ao seu quadro colaborativo uma série de incentivos para o crescimento profissional, houve ainda o Plano de Demissão Voluntária (PDV), possibilitando enxugar seu quadro com redução considerável na folha de pagamento. Além disso em 2017 houve, assim como em 2016, vários treinamentos voltados a qualificar e atualizar a equipe funcional para desempenharem suas atividades com confiança e excelência.

Na parte de atendimento ao público, foi aperfeiçoado a ferramenta chat on-line e implantado a Unidade de Resposta Audível (URA), tais recursos, atrelados às mídias sociais administradas pelo Conselho, ampliaram o alcance aos profissionais e a sociedade. As Câmaras Especializadas passaram a votar de forma digital, as reuniões da Plenária são transmissão ao vivo, permitindo ao seu público alvo acompanhar os trabalhos em tempo real por meio do "Youtuber".



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

As ações visando excelência, aliadas à experiência da atual equipe de gestão, com políticas de contenção de despesas e aumento de receitas, fizeram de 2017 um ano com saldo positivo, após 5 anos amargando déficit financeiro. Todas essas informações poderão ser observadas no decorrer deste relatório.

2. VISÃO GERAL

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA AGREGADA

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA AGREGADA	
Denominação Completa: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas	
Denominação Abreviada: CREA-AL	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal	CNPJ: 12.156.592/0001-14
Principal Atividade: Administração pública em geral	Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de Contato: (082) 2123-0866	
Endereço Eletrônico: CREA-AL@ CREA-AL.org.br	
Página na Internet: www.CREA-AL.org.br	
Endereço Postal: Rua Dr. Oswaldo Sarmiento 22- Farol - Maceió-AL CEP 57021-510	

2.1. Finalidade

O CREA-AL é Autarquia vinculada ao CONFEA, que tem por finalidade a fiscalização do exercício e das atividades profissionais, possui personalidade Jurídica de direito público, constituindo o Serviço Público Federal, apresenta sede e foro na Cidade de Maceió e abarca a jurisdição do estado de Alagoas, concebida pela Resolução n 174, de 20 de dezembro de 1968, na forma estabelecida pelo Decreto Federal n 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei n 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para executar função institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição, conforme disposto no Art. 1º de seu Regimento Interno (RI)¹ homologado pelo CONFEA em 13/12/2017, na seção plenária ordinária 1.446 e publicado no Diário Oficial da União em 21/02/2018.

¹ O Regimento interno completo se encontra disponível em:
<<http://normativos.confea.org.br/downloads/anexo/2940-17.pdf>>.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

O Conselho é ligado às áreas da engenharia, agronomia, geologia, geografia e da meteorologia, em seus níveis técnicos e superiores, para isso, utiliza-se de determinadas prerrogativas na execução de ações normativas, contenciosas, informativas, administrativa e de promotoria, esta última permitindo ser exercida individualmente ou em parceria com o CONFEA, além de instituições de ensino ou outros órgãos públicos de fiscalização.

2.2. Competências

Em referência à competência, o Conselho segue o disposto no Art. 4 de seu RI, são 37 incisos que tratam dos mais variados assuntos abordados pelo CREA-AI, os mais importantes podem ser agrupados em chaves, nas primeiras estão os relacionados a sua missão, na segunda ao seu funcionamento e, por fim, os relacionados a sociedade.

Quanto à missão, o Conselho atua apresentando propostas de Resoluções e Decisões Normativas junto ao CONFEA, detalha o disposto nos atos normativos do Conselho Federal, institui câmaras especializadas e inspetorias para acompanhamento da atividade profissional e demais assuntos, delibera sobre assuntos relacionados a sua administração e de interesse coletivo e organiza o sistema de fiscalização dentro de sua jurisdição, além de analisar em primeira e segunda instância defesa de pessoa física e jurídica.

Em relação ao seu funcionamento o Conselho elabora ou altera o seu RI, bem como a proposta de renovação do terço, promove a integração de ações com seus demais órgãos do sistema CONFEA/CREA, assim como mantém o intercâmbio entre essas unidades visando principalmente a uniformização de procedimentos, publica relatórios de seu trabalho, elabora seu balancete, seu orçamento, institui o Plano de Ações Estratégicas e Plano Anual de Trabalho do CREA.

Por fim, em defesa da sociedade, promove estudos e propõem soluções de problemas relacionados as áreas de sua atuação, juntamente com entidades públicas e instituições da sociedade civil, promove campanhas de valorização profissional e homenageia instituições de ensino, entidades de classe, pessoas físicas ou jurídicas que contribuíram para o desenvolvimento do país, dentro de sua jurisdição.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

2.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

O CREA-AL como Autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo Serviço Público Federal e vinculada ao CONFEA, foi instituído pela resolução nº 174 de 20 de dezembro de 1968 usando as atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto-Lei nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, mantido pelo Decreto-Lei nº 8.620 de 10 de janeiro de 1946, pela Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instância no âmbito de sua jurisdição.

Para regular seu funcionamento e sua estrutura básica, o CREA-AL elaborou seu Regimento Interno, homologado pelo CONFEA na Sessão Plenária nº 1324, de 29 de outubro de 2004, por meio da Decisão Plenária PL-1728/2004. Em 2016 iniciou o processo para atualização de seu Regimento Interno, sendo homologado pelo CONFEA em 13 de dezembro 2017, na Sessão Plenária Ordinária 1.446, por meio da Decisão Plenária 2940/2017.

2.4. Breve histórico da entidade

O CREA-AL em 1960 funcionava como uma Inspeção atrelada a Pernambuco, situado na Rua do Comércio, centro de Maceió, com sede em Recife, porém a partir da Lei 5.194/66, surgiu a Resolução nº 168/88 e a oportunidade de autonomia do Conselho em relação ao estado de Pernambuco, esta só concretizada em 20 de dezembro de 1968, por meio da Resolução nº 174, baixada pelo CONFEA, a qual aprovava a criação do CREA-AL da 17ª Região e que inicialmente passaria a funcionar com um quórum composto de 12 conselheiros efetivos e 12 suplentes.

Os primeiros conselheiros foram: Manoel Ferri Filho (o primeiro presidente do CREA-AL), Sílvio Márcio Conde de Paiva, José Arnaldo Lisboa Martins, Manoel Machado Ramalho de Azevedo, Ruy Ferreira da Silva, Milton Leite Soares e Everaldo de Oliveira Castro. Foram suplentes: Adalberto Gama Câmara, Paulo Jorge Lopes Costa, Roberto Brandão Mascarenhas, Arlindo Cabus, Clóvis Luiz Alves Soares, Adauto Teixeira Cavalcanti, Alfredo Menezes Leahy, Manoel Calheiros Gomes de Barros, Laércio Madson de Amorim Monteiro, Edson Maia Carlos, Heli Simões Costa, José Alberto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Carneiro Carnaúba, Ivan Cavalcanti Timóteo, Olavo Machado, José Fernandes de Melo, Fernando Cardoso Gama e José Beltrão de Castro.

Todos os conselheiros participaram da criação do CREA-AI e tomaram posse na sede instalada na Rua do Comércio. A festa da instalação oficial do CREA-AI ocorreu no salão nobre da Escola de Engenharia (Reitoria da Pça. Sinimbu) com a presença do presidente do Confea, em 1968, engenheiro Alberto Franco Ferreira da Costa. Naquela época o CREA-AI contava com 123 engenheiros civis, 19 arquitetos, 09 geólogos, 16 engenheiros agrônomos e 06 engenheiros eletricitas. A primeira carteira profissional expedida pelo CREA-AI, de nº 01, foi entregue ao engenheiro agrônomo José Rosalvo Lopes Ferreira. A de nº 02 ficou com o engenheiro civil Bergson Antonio Cavalcanti Cajueiro. O primeiro técnico de edificações, Altamir Mendes Santos, tem a de nº 06. Luis Abílio de Sousa Neto, governador do Estado de Alagoas em 2006, ficou com a de nº 50.

Foram presidentes: Manoel Ferri (gestão 1968/1970); Olavo de Freitas Machado (1970/1972); Carlos Fortes Melro (gestão 1972/1978); Vinicius Furtado Maia Nobre (gestão 1979/1981); Luiz Gonzaga de Melo Costa (gestão 1982/1984); Ricardo Luiz Rocha Ramalho Cavalcanti (1985/1987); Luis Abílio de Sousa Neto (gestão 1988/1993); Silvino Gonzaga Bentes (gestão 1994/1999); Ronaldo Patriota Cota (gestão 2000/2005); Aloísio Ferreira de Souza (gestão 2006/2011) e Roosevelt Patriota Cota (gestão 2012/2014). Fernando Dacal Reis assumiu a presidência no período de 2015 a 2017 e foi reeleito para mais um período de 2018 a 2020.

2.4.1. A nova sede

A ideia da construção de uma nova sede ou mesmo a ampliação da antiga teve início na gestão do presidente engenheiro civil Ronaldo Patriota Cota (2000/2005). O edifício foi construído em um terreno adquirido ao lado da sede antiga, com auxílio do Confea e da Mútua Caixa de Assistência (Mutua).

Em agosto de 2007, já na gestão do presidente Aloísio Ferreira de Souza (2006/2011), os projetos complementares de arquitetura, acessibilidade, lógica, ar condicionado,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ambientação, hidráulico e sanitário, foram concluídos. Em outubro de 2011 houve a festa da inauguração da nova sede do CREA-AL, no final da gestão do presidente engenheiro civil Aloísio Ferreira de Souza, e contou com a presença do presidente do Confea, engenheiro civil Marcos Túlio de Melo que descerrou a placa situada no hall de entrada.

2.4.2. Evolução tecnológica

A partir de 2015, com a chegada do engenheiro civil Fernando Dacal à presidência, o Conselho entrou em nova fase, implantando o Sistema de Informações Técnicas Administrado pelo CREA (Sitac), os processos foram automatizados, proporcionando maior controle, agilidade, além da comodidade para o profissional, empresa ou cidadão comum se utilizar dos serviços do Conselho pela Internet.

Em 2016, o conselho esteve entre as nove empresas e entidades estaduais que receberam o Prêmio Estadual da Qualidade. Evento realizado pelo Movimento Alagoas Competitiva (MAC) em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/AL). Essa iniciativa visa reconhecer às organizações, sejam elas públicas ou privadas, que se destacam na adoção de práticas de gestão alinhadas aos fundamentos de excelência, obtendo resultados que atendam às partes interessadas (clientes, fornecedores, acionistas, força de trabalho, comunidade e sociedade). Nas três categorias que o MAC tem, o CREA-AL foi a empresa reconhecida no Compromisso com a Excelência – Nível II.

Em 2017 ocorreu a aquisição, com parte dos recursos do PRODAFISC – Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Fiscalização, de veículo utilitário VAN, marca Renault, para colocar em prática as atividades do projeto Crea Móvel e assim interiorizar as ações da fiscalização.

2.5. Organograma

QUADRO 2 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS				
Áreas/	Competências	Titular	Cargo	Período de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Subunidades Estratégicas				atuação
Câmaras Especializadas	Órgão decisório da estrutura básica do CREA-AL que tem por finalidade apreciar e decidir os assuntos relacionados à fiscalização do exercício profissional e sugerir medidas para o aperfeiçoamento das atividades do Conselho Regional, constituído a primeira estância de julgamento do âmbito de sua jurisdição ressalvado o caso de foro privilegiado. Cabe a Câmara Especializada elaborar as normas para a fiscalização das respectivas modalidades profissionais.	Nina Kátia Sampaio de Rossiter	Assessora Técnica	17/12/2013 – atualmente
Comissões Permanentes	Órgão deliberativo da estrutura de suporte que tem por finalidade auxiliar o Plenário do CREA-AL, no desenvolvimento de atividades contínuas relacionada a um tema específico de caráter legal, técnico ou administrativo.	Nina Kátia Sampaio de Rossiter	Assessora Técnica	17/12/2013 – atualmente
Presidência	Órgão executivo Máximo da estrutura básica que tem por finalidade dirigir o CREA-AL e cumpri e fazer cumprir as decisões do Plenário. Compete ao Presidente cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, as decisões normativas, as decisões baixadas pelo Confea, os atos normativos os atos administrativos, executar o orçamento, administra as atividades, dar posse a Conselheiros regional e a seu suplente.	Fernando Dacal Reis	Presidente	01/01/2015 – atualmente
Diretoria	Órgão executivo da estrutura básica do CREA-AL, que tem por	Vide quadro 30		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

	finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas.			
Superintendência	Tem por finalidade coordenar, orientar e supervisionar as unidades que compõem a estrutura auxiliar do CREA-AL. Compete ao Superintendente assessorar a Presidência na administração.	Niradelson Salvador da Silva	Superintendente	05/01/2015– atualmente
Assessoria Jurídica	Tem por finalidade evitar problemas judiciais e facilitar as ações cotidianas dentro do Conselho. Neste setor envolve todos os processos que contenham implicações jurídicas, como a formulação de contratos, convênios entre outros, analisando os riscos para evitar problemas futuros.	Roberto Carlos Pontes	Assessor jurídico	04/08/1987 – atualmente
Assessoria de Comunicação	É o setor que estabelece uma ligação entre o conselho e a sociedade, apresentado todas as ações tomadas.	Carlos Vinícius Firmino Ferro	Gerente de Comunicação e Marketing	15/12/2016– atualmente
Chefia de Gabinete	Tem por finalidade auxiliar os gestores, garantir o funcionamento do gabinete, e elaborar e organizar a agenda dos gestores.	Jacilda Gomes dos Santos Silva	Chefe de gabinete	15/01/1998 - atualmente
Assistência Técnica	É o setor responsável por tirar todas as dúvidas dos usuários tanto por pessoa física como para pessoa jurídica.	Nina Kátia Sampaio de Rossiter	Assessora Técnica	17/12/2013 – atualmente
Controladoria	É uma atividade e um campo do conhecimento híbrido, que recebe conceitos e conhecimentos, sendo responsável pelo suprimento de informações aos tomadores de decisão.	Lhayse Chagas Alves Cota	Controladora	01/09/2016 – atualmente
Dep. Recursos Humanos	É responsável por gerenciar a operacionalidade do Conselho e por executar ações que visam o	Fernanda Fernandes da Costa	Gerente de Recursos Humanos	05/01/2015– atualmente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

	comprometimento, desenvolvimento de suas capacidades. Entre suas atribuições está a elaboração do processamento da folha de pagamento.	Cavalcante		
Gerência Operacional	É o encarregado pela administração das operações como: Registro de pessoa Física, Registro de pessoa jurídica, emissão de certidões.	Francisco Alexandre Pontes Marinho	Gerente operacional	05/01/2015– atualmente
Gerência Financeira Contábil	Compete a esta Gerência, planejar, organizar, desenvolver e gerenciar ações econômicas financeiras e contábeis. Estabelecendo diretrizes legais assegurando a eficácia e a correta execução dos procedimentos financeiros.	Robson Marabá Santos	Gerente financeira contábil	01/09/2016 - atualmente
Gerência de Fiscalização	É o setor responsável pelas implementações e pelo gerenciamento dos sistemas informatizados, ele avalia os sistemas de informação, segurança e banco de dados, determina a estratégia da utilização da informação para garantir o melhor desempenho de cada setor.	Rafael Helvis Vanderley da Silva	Gerente de fiscalização	19/09/2016 – atualmente
Gerência Técnica da Informação	É responsável por fornecer e manter o ambiente adequado com segurança para seus usuários e colaboradores. Toda a frota deste conselho fica responsável pela infraestrutura, onde cada veículo possui seu histórico de uso contendo a quilometragem inicial e a final e o consumo de combustível.	Afrânio Bastos de Medeiros Neto	Gerente de TI	02/01/2012 - atualmente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Gerência de Infraestrutura	É responsável por fornecer e manter o ambiente adequado com segurança para seus usuários e colaboradores. Toda a frota deste conselho fica responsável pela infraestrutura, onde cada veículo possui seu histórico de uso contendo a quilometragem inicial e a final e o consumo de combustível.	Carlos Eduardo Gomes Ribeiro	Gerente de Infraestrutura	19/09/2016 – atualmente
Inspetoria	Órgão executivo que representa o CREA-AL no município ou região onde for instituída e tem por finalidade fiscalizar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.	Denyse Alves Chagas de Oliveira	Coordenadora de inspetoria	01/05/2012 - atualmente

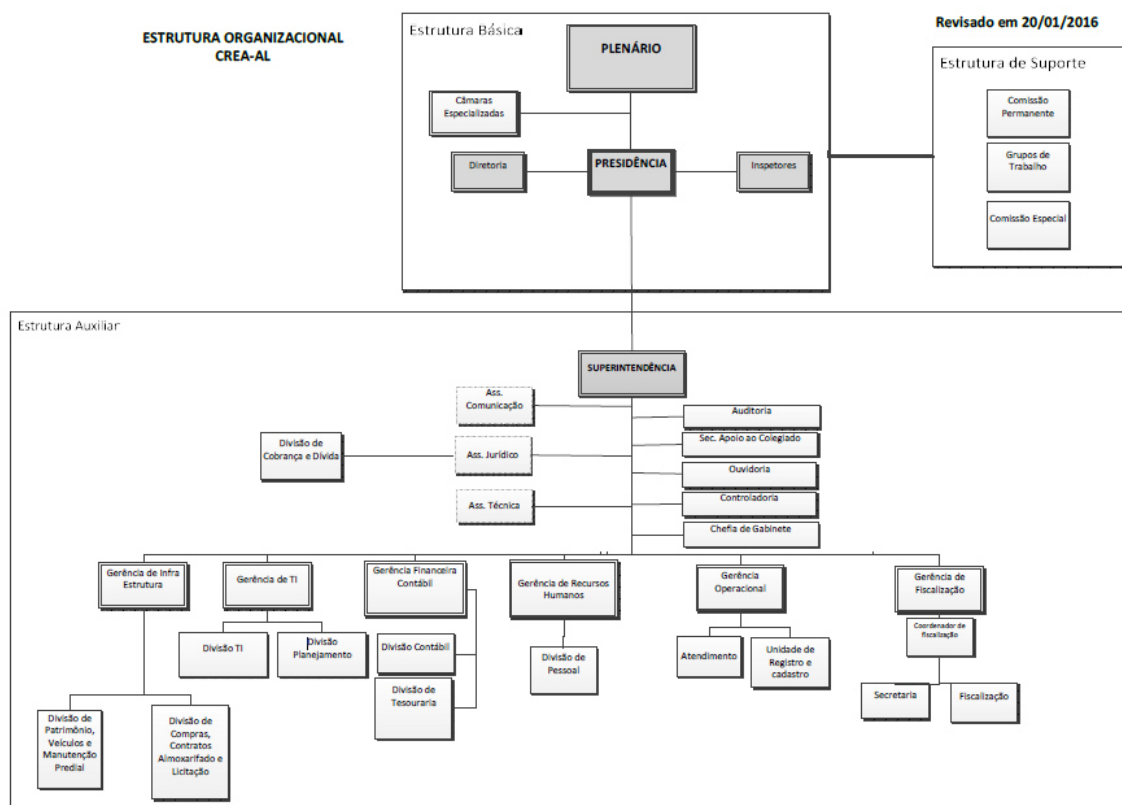


Figura 1- Organograma Funcional do CREA-AL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

O presente relatório tem como objetivo registrar os resultados das atividades de Planejamento Estratégico – ciclo 2015-2020.

3.1. Planejamento Organizacional

O Planejamento Estratégico do CREA-AL teve início no dia 23 de junho de 2015. Todo o processo foi coordenado pelo especialista Juliano Zimmermann, do Movimento Alagoas Competitiva - MAC, que apresentou o resultado final do Planejamento Estratégico no dia 18 de agosto de 2015.

Este Planejamento Estratégico é o resultado das diversas reuniões e atividades realizadas com os gestores, líderes e colaboradores do CREA-AL que analisaram todas as informações e definiram os objetivos estratégicos, metas, indicadores.

O desdobramento e os resultados deste planejamento foram apresentados no ano de 2016 em vista da competência do exercício de 2015 e para este relatório apresentaremos a revisão do planejamento estratégico sucedida no ano de 2017.

A revisão do planejamento do CREA-AL foi desenvolvida em várias reuniões com o envolvimento de representantes das diversas áreas. Esta prática delineou as ações para os próximos três anos com um olhar no longo prazo, aliado à identificação de aspectos essenciais e resultados obtidos nos dois últimos anos para a consecução de alguns dos objetivos no curto prazo. As etapas do planejamento e sua implementação estão explicitadas na figura a seguir:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

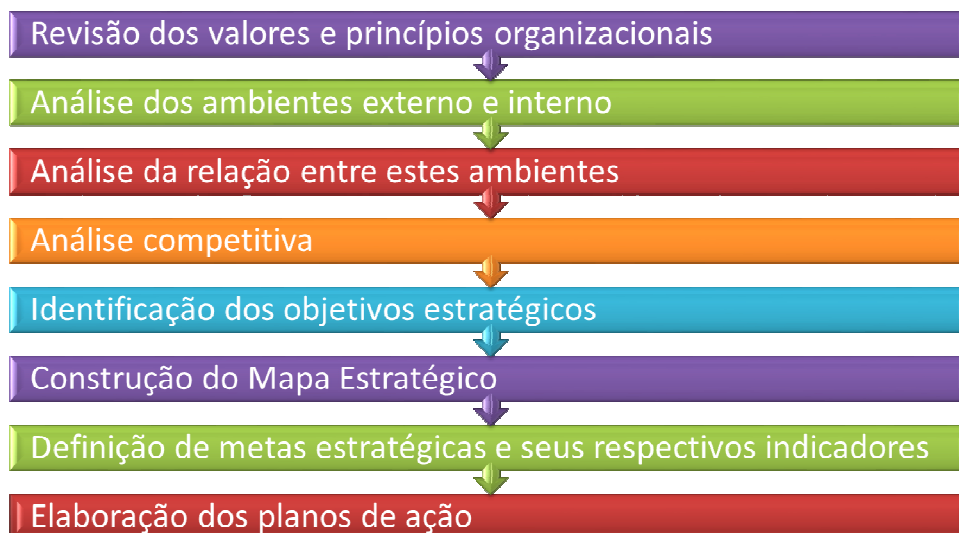


Figura 2 - Etapas da Elaboração do Planejamento Estratégico

Identidade organizacional

Foram revisados os princípios organizacionais do CREA-AL, compreendidos pelo seu Negócio, Missão, Visão e Valores, diante do contexto atual e tendo como horizonte de visão o ano de 2020:

Negócio

Por Negócio entende-se que é a linha mestra que a direção adota para orientar e tornar possível a contínua interação da organização com o ambiente. Corresponde ao espaço que a organização pretende ocupar em relação às demandas externas, independente da natureza, do porte e de outros aspectos.

O Negócio do CREA-AL ficou assim definido:

“Habilitação, fiscalização e proteção do exercício profissional, em defesa da sociedade.”

Missão

A missão consiste na razão de ser de uma organização. Compreende as necessidades sociais a que ela atende e o seu foco fundamental de atividades. (Critérios de Excelência – 20ª edição – Fundação Nacional da Qualidade)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Assim sendo, o CREA-AL considera como sua missão:

“Orientar, educar e fiscalizar com eficácia o exercício profissional, promovendo a melhoria da qualidade de vida e a segurança da sociedade.”

Visão 2020

A Visão é o estado que a organização deseja atingir no futuro. A explicitação da visão busca propiciar um direcionamento para a organização. (Critérios de Excelência – 20ª edição – Fundação Nacional da Qualidade)

A visão do CREA-AL, tendo como horizonte o ano de 2020 foi expressa como:

“Ser referência nos serviços prestados, com o reconhecimento do profissional e da sociedade.”

Valores

São os entendimentos e expectativas que descrevem como os profissionais da organização se comportam e nos quais se baseiam todas as relações organizacionais. (Critérios Compromisso com a Excelência – 7ª edição – Fundação Nacional da Qualidade).

Assim sendo, o CREA-AL considera seus valores como sendo:

- Busca da excelência – trabalhar, melhorando continuamente nossos serviços e tendo como foco a eficiência, a eficácia, a inovação e a sustentabilidade socioambiental.
- Valorização das pessoas – respeitar e tratar as pessoas com ética e honestidade, valorizando suas competências.
- Comprometimento - atuar de maneira proativa com foco e determinação, em busca das metas e resultados organizacionais.
- Transparência - agir com ética e legalidade, dando visibilidade e credibilidade aos atos administrativos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

3.2. Descrição sintética dos objetivos do exercício

“A missão fornece o ponto de partida... A visão coloca a organização em movimento, tirando-a da estática da missão e dos valores essenciais para a dinâmica da estratégia. A estratégia desenvolve-se e evolui com o tempo, para atender as condições em mutação impostas pelo ambiente externo e pelas competências internas”. (Roberto S. Kaplan e David P. Norton – A Estratégia em Ação)

Em uma organização, os objetivos estratégicos direcionam os caminhos que buscam tornar operacional a missão (essência que consubstancia e justifica a criação da instituição) e realizar a sua visão. Esta condição é concretizada por meio da manutenção/melhoria dos pontos fortes, eliminação/redução das principais fraquezas, captura das oportunidades priorizadas e minimização/neutralização dos efeitos provenientes das ameaças consideradas mais relevantes.

Após análise de todos os fatores envolvidos foram atualizados os objetivos estratégicos, os indicadores e suas respectivas metas, mantendo uma relação de causa e efeito, demonstrada por meio das perspectivas: Sustentabilidade Financeira; Clientes e Sociedade; Processos Internos; Pessoas, Aprendizado e Crescimento.

QUADRO 3 - Perspectiva Sustentabilidade Financeira

Objetivos Estratégicos	Principais relações com os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades.
Ampliar captação de recursos	Analizando os pontos fracos e fortes, este objetivo visa defender a vulnerabilidade de Fluxo de caixa deficitário (para custeio). Já em relação as oportunidades e ameaças, este objetivo visa defender o CREA das ameaças provocadas pela Crise econômica, Projeto de extinção das anuidades de filial (perda de receita) e Projeto para a extinção do pagamento de ART.
Reduzir os desperdícios	Analizando os pontos fracos e fortes, este objetivo visa defender a vulnerabilidade de Fluxo de caixa deficitário (para custeio). Já em relação as oportunidades e ameaças, este objetivo visa defender o CREA das ameaças provocadas pela Crise econômica e Projeto para a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

	extinção do pagamento de ART.
Manter o fluxo de caixa equilibrado	Analisando os pontos fracos e fortes, este objetivo visa defender a vulnerabilidade de Fluxo de caixa deficitário (para custeio). Já em relação as oportunidades e ameaças, este objetivo visa defender o CREA das ameaças provocadas pela Crise econômica, Projeto de extinção das anuidades de filial (perda de receita) e Projeto para a extinção do pagamento de ART.

QUADRO 4 - Perspectiva Clientes e Sociedade

Objetivos Estratégicos	Principais relações com os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades.
Aumentar a atuação institucional por meio de comunicação eficiente	Analisando os pontos fracos e fortes, este objetivo visa aproveitar as potencialidades de Divulgação na mídia das ações e trabalhos realizados pelo CREA. Já em relação as oportunidades e ameaças, este objetivo visa facilitar a captura da oportunidade de Recursos para investimentos em pessoas tecnologia e infraestrutura (Prodesu). Também objetiva defender o CREA da ameaça do Conflito com demais conselhos de classe.
Interagir com a sociedade provocando debates de interesse público ligado ao sistema	Analisando os pontos fracos e fortes, este objetivo visa aproveitar as potencialidades do Respeito e reconhecimento da sociedade e da Divulgação na mídia das ações e trabalhos realizados pelo CREA. Já em relação as oportunidades e ameaças, este objetivo visa facilitar a captura da oportunidades de Trabalho conjunto com a administração pública, sociedade civil e instituições de ensino. Também objetiva defender o CREA da ameaça de Conflito com os demais conselhos de classe.
Intensificar o relacionamento com os estudantes do sistema	Analisando os pontos fracos e fortes, este objetivo visa aproveitar as potencialidades do Respeito e reconhecimento da sociedade e da Divulgação na mídia das ações e trabalhos realizados pelo CREA. Já em relação as oportunidades e ameaças, este objetivo visa facilitar a captura da oportunidades de Aproximação junto as instituições de ensino superior e técnico, bem como o Trabalho conjunto com a administração pública, sociedade civil e instituições de ensino. Também objetiva defender o CREA da ameaça de Conflito com os demais conselhos de classe.
Implantar Aperfeiçoar	Analisando os pontos fracos e fortes, este objetivo visa defender o CREA da vulnerabilidade da Falta de uma ouvidoria. Combater a debilidade de Atendimento telefônico, e-mail, on-line deficiente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SAC	Nos anos de 2015 e 2016 foram implantadas ferramentas para melhoria no atendimento ao cliente tais como chat online e nova central telefônica.
-----	--

QUADRO 5 - Perspectiva Processos Internos

Objetivos Estratégicos	Principais relações com os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades.
Implantar e Consolidar o Modelo de Excelência da Gestão.	O modelo de Excelência da Gestão foi implantado em 2015, tendo como base 48 práticas de gestão alinhadas ao MEG® e como consequência, o Crea/AL foi reconhecido nas edições 2016 e 2017 do prêmio estadual da qualidade na categoria “Compromisso com a Excelência” por ter seu modelo de gestão alinhado aos critérios da Fundação Nacional da Qualidade. O desafio agora é evoluir para o próximo nível.
Garantir a efetividade fiscalizatória em todas as áreas de atuação.	Analisando os pontos fracos e fortes, este objetivo visa defender as seguintes vulnerabilidades: Falta de convênios de cooperação com outros órgãos, Péssima imagem da fiscalização do CREA perante os profissionais e a Baixa operacionalização da fiscalização no interior. Combater as debilidades do Foco na Engenharia Civil. Aproveitar as potencialidades e reforçar as defensividades do Respeito e reconhecimento da sociedade, FPI - Fiscalização Preventiva Integrada. Já em relação as oportunidades e ameaças, este objetivo visa facilitar a captura da oportunidade de Interação com outros CREAs. Também objetiva defender o CREA das ameaças de Conflito com demais CREAs, Crise econômica, Desinteresse dos profissionais em ficar registrados no CREA, alta concentração de receita vinculada a engenharia civil, Projeto para a extinção do pagamento da ART.

QUADRO 6 - Perspectiva Pessoas, aprendizado e crescimento

Objetivos Estratégicos	Principais relações com os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades.
Desenvolver os colaboradores a fim de fortalecer o conhecimento, a satisfação, a	Analisando os pontos fracos e fortes, este objetivo visa defender a vulnerabilidade e combater a debilidade do Grupo de conselheiros com baixo comprometimento. Aproveitar as potencialidades dos Colaboradores competentes e com experiência, do Clima organizacional favorável, motivado pelos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

motivação, o comprometimento e o bem-estar.	atuais gestores e do Respeito e reconhecimento da sociedade, o que também reforça as defensividades. Já em relação as oportunidades e ameaças, este objetivo visa facilitar a captura das seguintes oportunidades: Interação com outros CREAs, Recursos para investimento em pessoas, tecnologia e infraestrutura (Prodesu). Também objetiva defender o CREA da ameaça do Conflito com demais conselhos de classe.
---	--

3.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

As principais decisões são tomadas por meio da realização de reuniões conforme detalhado a seguir:

- Reunião com o Presidente: realizada na 2ª quarta-feira do mês com a participação de todos os gestores, onde são tratados os resultados dos indicadores, planos de ação, desempenho dos processos, e demais assuntos pertinentes à gestão.
- Reunião com Superintendente: realizada na 1ª quarta-feira do mês com a participação de todos os gestores, visando alinhar as ações para a reunião com o Presidente.
- O acompanhamento das decisões é realizado por meio das ações descritas nas atas, onde são definidos os responsáveis pela ação e o prazo para a sua execução. Ao iniciar cada reunião são verificados os itens da ata anterior.

Descrição: A análise do desempenho estratégico e operacional é realizada com o apoio do sistema de gestão GPWeb que monitora todos os indicadores de desempenho (operacionais e estratégicos), planos de ação e metas associadas a ele. O sistema também permite que cada gestor crie painéis de gestão à vista que são atualizados em tempo real na medida que os resultados são registrados no sistema. A análise também acontece em grupo nas reuniões mensais de acompanhamento de desempenho.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Nestas reuniões os gestores apresentam um resumo das atividades e seus respectivos indicadores com o desempenho auferido no período.

Na revisão do planejamento estratégico é realizada uma análise crítica do desempenho do período, identificando os pontos fortes e fracos, e o desempenho dos indicadores. O resultado desta análise subsidia a elaboração dos objetivos estratégicos e planos de ação.

Complemento: Destacar as formas de utilização de metas, de referenciais comparativos pertinentes para avaliação da competitividade e de requisitos de partes interessadas para avaliação de compromissos.

Durante a elaboração do planejamento estratégico e posteriores revisões, são definidos objetivos, indicadores de desempenho e metas. Os indicadores constituem informações quantitativas ou fatos relevantes, que expressam o desempenho de um produto ou processo, em termos de eficiência, eficácia ou nível de satisfação e que, em geral, permitem acompanhar sua evolução ao longo do tempo.

As metas são estabelecidas após o levantamento dos dados históricos, dos referenciais comparativos e dos requisitos das partes interessadas, sempre que estas informações estiverem disponíveis ou pertinentes a cada um dos indicadores.

Descrição: As definições dos planos de ação são realizadas pelos gestores responsáveis pelos objetivos e indicadores estratégicos. Esta etapa ocorre logo após a definição dos indicadores, pois com esta informação em mãos os gestores possuem o conhecimento e informação suficientes para definir as ações que permitirão ao CREA-AI alcançar os objetivos e metas propostas.

A construção dos planos ocorre em um evento exclusivo para este fim, em que durante um dia são definidas equipes onde cada uma elabora seus planos de ação (5W2H) e após apresenta a todos os participantes como forma de realizar uma primeira validação e complementação das informações, caso necessário.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

3.4. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Indicadores estratégicos

Indicadores, também denominados “indicadores de desempenho”, são informações quantitativas ou fatos relevantes, que expressam o desempenho de um produto ou processo, em termos de eficiência, eficácia ou nível de satisfação e que, em geral, permitem acompanhar sua evolução ao longo do tempo.

Para o efetivo acompanhamento e controle do alcance dos objetivos estratégicos são definidos e estabelecidos indicadores de desempenho. Estes resultados são acompanhados com periodicidades adequadas.

As metas serão estabelecidas após o levantamento dos dados históricos, dos referenciais comparativos e dos requisitos das partes interessadas. O estabelecimento de metas propicia a efetiva gestão de uma organização voltada a resultados.

Evidência: Apresentar os principais indicadores, suas metas e principais ações planejadas ou projetos, relativos à implementação das estratégias.

Perspectiva financeira

Objetivo Estratégico: Ampliar captação de recursos

Indicadores e metas:

- Taxa de aproveitamento de recursos de convênio – Meta: 90%
- Taxa de adimplência de profissionais– Meta: 69%
- Taxa real de incremento de receita – Meta: 3%

Planos de ações: Captação de recursos

Objetivo Estratégico: Reduzir os desperdícios

Indicadores e metas:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- Taxa de variação das despesas – Meta: 9,62%

Planos de ações:

- Gestão da manutenção predial
- Gestão de estoque
- Gestão da frota

Objetivo Estratégico: Manter o fluxo de caixa equilibrado

Indicadores e metas:

- Folha sobre a receita – Meta: 60%

Planos de ações:

- Recuperação da Gestão – Reengenharia econômica, financeira e administrativo

Perspectiva cliente e sociedade

Objetivo Estratégico: Aumentar a atuação institucional por meio de comunicação eficiente

Indicadores e metas:

- Mídia espontânea veiculada – Meta: 100
- Notícias publicadas no site – Meta: 200
- Páginas visitadas – Meta: 10.000
- Seguidores Facebook – Meta: 3.700
- Taxa de releases publicados – Meta: 100%
- Taxa mídia espontânea positiva – Meta: 100%

Planos de ações: Comunicação do PE

Realização do Prodacom



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Objetivo Estratégico: Interagir com a sociedade provocando debates de interesse público ligado ao sistema

Indicadores e metas:

- Participantes nos eventos – Meta: 80

Planos de ações: Organizar palestras de interesse do Sistema e da Sociedade

Objetivo Estratégico: Intensificar o relacionamento com os estudantes do sistema

Indicadores e metas: Participação dos estudantes em eventos – Meta: 25

Planos de ações: Participação nos eventos de Colação de Grau das turmas dos cursos inerentes ao Sistema

Realização de palestras para os futuros profissionais sobre o Sistema Confea/Crea e a legislação

Objetivo Estratégico: Implantar SAC

Indicadores e metas:

- Índice de Satisfação do Cliente – Meta: 96%

Planos de ações: Implantação do serviço de Atendimento ao Cliente

Perspectiva processos

Perspectiva processos internos

Objetivo Estratégico: aperfeiçoar o Modelo de Excelência da Gestão.

Indicadores e metas:

- Nível de Maturidade da Gestão – Meta: 190

Principais ações: Implantar o Modelo de Excelência da Gestão



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Padronizar, documentar e monitorar principais processos e procedimentos operacionais do Crea AL

Objetivo Estratégico: Garantir a efetividade fiscalizatória em todas as áreas de atuação.

Indicadores e metas:

- Número de ART registradas – Meta: 2.000
- Tempo médio de conclusão dos processos de fiscalização – Meta: 150 dias

Principais ações:

- Aumentar o número de visitas dos fiscais em campo
- Combater obras e serviços de construção civil não regularizadas
- Fiscalizar estabelecimentos habitados (Hotéis, Hospitais, Shoppings e Condomínios, Postos de Combustível)
- Incrementar a Formalização de Convênios com outros Órgãos
- Intensificar ações na área de Agronomia

Perspectiva pessoas, aprendizagem e crescimento

Objetivo Estratégico: Desenvolver os colaboradores a fim de fortalecer o conhecimento, a satisfação, a motivação, o comprometimento e o bem-estar.

Indicadores e metas:

- Índice de absenteísmo – Meta: 1,20
- Índice de Satisfação dos Colaboradores – Meta: 75,0

Principais ações:

- Gestão do Conhecimento
- Realizar avaliação de desempenho



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- Revisão do PCCS
- Valorização do Colaborador

Destacar a forma de avaliar a satisfação dos clientes.

A avaliação da satisfação dos clientes é realizada por meio da aplicação da “Pesquisa Satisfação de Clientes CREA-AI”. Este formulário fica disponível impresso no setor de Atendimento para ser respondido por todos os clientes atendidos presencialmente. Ele é aplicado durante o período de dois meses a cada semestre, para que após os resultados sejam analisados, melhorados os itens que tiveram com o menor desempenho e aplicada novamente no próximo semestre.

Após a aplicação das pesquisas junto os clientes, o setor de Atendimento realiza uma análise criteriosa de todas as respostas visando identificar as oportunidades de melhorias. Para os itens com as menores pontuações são analisados os fatos que podem ter provocado um desempenho inferior e propostas mudanças. Um exemplo desta situação foi o baixo desempenho atribuído a “Quantidade de atendentes disponíveis”, para tratar este caso foi realizada uma nova pesquisa para identificar os horários de maior movimento, sendo que após o estudo foi alterado o horário de trabalho de um dos atendentes para que estivesse presente nos momentos de maior movimento.

3.5. Desempenho Orçamentário

O desempenho orçamentário se encontra detalha nos demais itens deste relatório e complementado no Anexo II.

3.6. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A elaboração do orçamento, obedece às seguintes fases:

- 1 Dados: Levantamento dos dados e informações principais: balanço, séries históricas, informações físico-contábeis, outras informações estatísticas;
- 2 Análise do Orçamento: Análise dos planos estratégicos, tático e operacional e das informações coletadas, visando alcançar as metas do CREA-AI;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

3 Composição do Orçamento.

Na fase de composição, a diretoria se reúne com o corpo gerencial sob a coordenação da gerência contábil financeira para realizar o processo de elaboração do fluxo orçamentário que segue as seguintes etapas:

- Histórico das realizações dos orçamentos anteriores;
- Previsões - estimativas para o próximo exercício;
- Planilhas Eletrônicas (cálculos, tabelas etc.);
- Elaboração do relatório preliminar.

A proposta orçamentária (relatório preliminar) é encaminhada a diretoria para decisão: (sim) - se aprovada segue para a implantação; (não) - não aprovada retorna para revisão e após nova decisão, até que seja aprovado.

- 4 Implantação. Implantação da Proposta Orçamentária para o próximo exercício; preparação do relatório final.

QUADRO 7 - COMPARAÇÃO ENTRE OS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Situação em 31.12.2017

COMPARAÇÃO ENTRE OS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS							
		EXERCÍCIO DE 2017		DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA			
CÓDIGO	NATUREZA	EXERCÍCIO DE 2015		EXERCÍCIO DE 2016		EXERCÍCIO DE 2017	
		ORÇADO	EXECUTADO	ORÇADO	EXECUTADO	ORÇADO	EXECUTADO
6.2.2.1.1	CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	5.951.034,46	5.625.778,36	7.001.149,26	5.984.178,64	9.247.152,64	7.828.018,08
6.2.2.1.3.01.01	DESPESA CORRENTE	5.820.807,23	5.547.238,20	6.531.149,26	5.764.132,73	8.510.761,22	7.218.922,42
6.2.2.1.3.01.01.01	PESSOAL E ENCARGOS	4.022.137,81	4.014.810,76	4.239.977,84	4.233.961,47	5.652.474,92	5.197.221,68



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

	SOCIAIS						
6.2.2.1.3.01.03	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	8.746,30	8.746,30
6.2.2.1.3.01.04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.376.530,20	1.172.831,06	1.926.627,35	1.322.669,88	2.460.540,00	1.681.778,02
6.2.2.1.1.01.05	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	14.032,85	12.181,26	26.000,00	10.750,54
6.2.2.1.1.01.06	DEMAIS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	82.088,10	77.403,65	198.000,00	183.240,86
6.2.2.1.1.01.07	SERVIÇOS BANCÁRIOS	0,00	0,00	100.000,00	69.417,46	100.000,00	79.262,09
6.2.2.1.1.01.08	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	140.000,00	48.499,01	65.000,00	57.922,93
6.2.2.1.1.01.09	RESERVAS	0,00	0,00	28.423,12	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.3.01.02	DESPESAS DE CAPITAL	130.227,23	78.540,16	470.000,00	220.045,91	736.391,42	609.095,66
6.2.2.1.3.01.02.01	INVESTIMENTOS	130.227,23	78.540,16	470.000,00	220.045,91	505.742,00	379.346,24
6.2.2.1.3.01.03	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.3.01.04	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	230.649,42	229.749,42
6.2.2.1.3.01.05.01	OUTRAS AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.3.01.06	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Comparativo da despesa paga - SISCONT.NET							



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

QUADRO 8 - DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS CORRENTES E CAPITAL

Situação em 31.12.2017

DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS CORRENTES E CAPITAL			
CÓDIGO	EXECUÇÃO DA DESPESA	FIXADO	EXECUTADO
6.2.2.1.3.01.01	DESPESA CORRENTE	8.510.761,22	7.218.922,42
6.2.2.1.3.01.01.01	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.652.474,92	5.197.221,68
6.2.2.1.3.01.03	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	8.746,30	8.746,30
6.2.2.1.3.01.04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.460.540,00	1.681.778,02
6.2.2.1.3.01.02	DESPESAS DE CAPITAL	736.391,42	609.095,66
6.2.2.1.3.01.02.01	INVESTIMENTOS	505.742,00	379.346,24
6.2.2.1.3.01.03	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
6.2.2.1.3.01.04	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	230.649,42	229.749,42
6.2.2.1.3.01.05.01	OUTRAS AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00
6.2.2.1.3.01.06	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
FONTE: Comparativo da despesa paga - SISCONT.NET			

QUADRO 9 - DEMONSTRAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Situação em 31.12.2017

DEMONSTRAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO					
DESEMPENHO FINANCEIROS					
	INDICADORES	2015 - %	2016 - %	2017 - %	Variação - %
FUNÇÕES FINALÍSTICAS	GASTOS COM CONSELHEIROS	2%	2%	1%	58%
	GASTOS COM EQUIPE DE APOIO - FUNCIONÁRIOS LIGADOS DIRETAMENTE AO PLENÁRIO	100%	100%	183%	183%
RECEITAS	RECEITA COM ATIVIDADE FINALÍSTICA	87%	101%	65%	64%
	RECEITAS ORIUNDAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13%	15%	19%	126%



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

	RECEITA PER CAPITA - RECEITA TOTAL/NUMERO DE PROFISSIONAIS REGISTRADOS E EMPRESAS REGISTRADOS	504,65	600,85	891,88	1,48
DESPESA PÚBLICA	GASTOS COM PESSOAL NA DESPESA	76%	73%	73%	99%
	INVESTIMENTOS NAS ÁREAS FINALÍSTICAS	1%	4%	3%	78%
	INVESTIMENTOS NAS ÁREAS MEIO	0%	0%	2%	#DIV/0!
	SERVIÇO DA DÍVIDA NA DESPESA	0%	0%	0%	#DIV/0!
DESEMPENHO FINANCEIRO	LIQUIDEZ (ATIVO FIN / PASSIVO FIN)	40%	52%	70%	134%
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO NA RECEITA				#DIV/0!
DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO					
	INDICADORES	2015	2016	2017	Variação - %
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO DA RECEITA	1,05	1,36	1,21	89%
	EXECUÇÃO DA DESPESA	1,05	1,15	1,25	109%
	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	1,04	0,97	1,28	131%
BALANÇO FINANCEIRO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1,02	1,09	1,12	103%
	EXECUÇÃO FINANCEIRA	1,04	1,08	1,05	97%
	RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS	1,87	2,02	0,41	20%
BALANÇO PATRIMONIAL	SITUAÇÃO FINANCEIRA	1,23	0,96	1,19	124%
	RESULTADO PATRIMONIAL	0,76	1,09	1,02	94%
	SITUAÇÃO PERMANENTE	59,90	26,10	4,60	18%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
FONTE: Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, DVP, Balanço Patrimonial 2015, 2016, 2017 SISCONT.NET					

QUADRO 10 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Situação em 31.12.2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2017	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2017
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2017	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2017
2017	0,00	0,00	0,00	608.852,46
2016	330.801,36	284.674,22	29.183,46	16.943,68
2015	3.365,00	0,00	0,00	3.365,00
Fonte: Restos a Pagar - SISCONT.NET				

3.7. Execução descentralizada com transferência de recursos

No exercício de 2017, o CREA-AL não realizou nenhum tipo de transferência voluntária de recursos, o quadro abaixo apresenta tal situação demonstrando que os últimos valores repassados ocorreram em 2015.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

QUADRO 11 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELO CONSELHO NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Situação em 31.12.2017

RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELO CONSELHO NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS						
	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração de instrumento (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Recursos de ART	0	0	1	0,00	0,00	33.562,36
Recurso do PRODESU	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Outras Fontes	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	0	0	1	0,00	0,00	33.562,36
Fonte: Livro Razão - SISCONT.NET						

QUADRO 12 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA ENTIDADE NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Situação em 31.12.2017

RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA ENTIDADE NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			
EXERCÍCIO DA PRESTAÇÃO DAS CONTAS	QUANTITATIVOS DE MONTANTE REPASSADOS		INSTRUMENTOS (QUANTIDADE E MONTANTE REPASSADO)
2017	CONTAS PRESTADAS	QUANTIDADE	0
		MONTANTE REPASSADO	R\$ -
	CONTAS NÃO PRESTADAS	QUANTIDADE	0
		MONTANTE REPASSADO	R\$ -
2016	CONTAS PRESTADAS	QUANTIDADE	0
		MONTANTE	R\$ -



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

	CONTAS NÃO PRESTADAS	REPASSADO	
		QUANTIDADE	0
		MONTANTE REPASSADO	R\$ -
2015	CONTAS PRESTADAS	QUANTIDADE	1
		MONTANTE REPASSADO	R\$ 33.562,36
	CONTAS NÃO PRESTADAS	QUANTIDADE	0
		MONTANTE REPASSADO	R\$ -
ANTERIORES A 2010	CONTAS NÃO PRESTADAS	QUANTIDADE	0
		MONTANTE REPASSADO	
FONTES: Livro Razão - SISCONT.NET			

QUADRO 13 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Situação em 31.12.2017

VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE				
EXERCÍCIO DA PRESTAÇÃO DAS CONTAS	QUANTITATIVOS E MONTANTES REPASSADOS			INSTRUMENTOS
2017	QUANTIDADE DE CONTAS PRESTADAS			
	COM PRAZO DE ANÁLISE AINDA NÃO VENCIDO	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA	0
			QUANTIDADE REPROVADA	0
			QUANTIDADE DE TCE	0
			MONTANTE REPASSADO	R\$ 0,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

		CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE	0
			MONTANTE REPASSADO	0
	COM PRAZO DE ANÁLISE VENCIDO	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA	0
			QUANTIDADE REPROVADA	0
			QUANTIDADE DE TCE	0
			MONTANTE REPASSADO	0
		CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE	0
			MONTANTE REPASSADO	0
2016	QUANTIDADE DE CONTAS PRESTADAS			
	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA	1	
		QUANTIDADE REPROVADA	0	
		QUANTIDADE DE TCE	0	
		MONTANTE REPASSADO	R\$ 0,00	
	CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE	0	
		MONTANTE REPASSADO	0	
	2015	QUANTIDADE DE CONTAS PRESTADAS		
CONTAS ANALISADAS		QUANTIDADE APROVADA	1	
		QUANTIDADE REPROVADA	0	
		QUANTIDADE DE TCE	0	
		MONTANTE REPASSADO	R\$ 33.562,36	
CONTAS NÃO ANALISADAS		QUANTIDADE	0	
		MONTANTE REPASSADO	0	
EXERCÍCIO ANTERIOR A 2011		CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE	0
	MONTANTE REPASSADO		R\$ 0,00	
FONTE: Livro Razão - SISCONT.NET				



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

3.8. Informações sobre a realização das receitas

- O CREA-AL é uma entidade autárquica com autonomia financeira. Sua receita é proveniente das seguintes fontes:
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- Anuidade de Pessoa Física;
- Anuidade de Pessoa Jurídica;
- Aluguel;
- Inscrições;
- Expedição de Carteira;
- Expedição de Certidões;
- Visto de Registro;
- Juros, Atualização Monetária, Correção e Rendimentos;
- Transferências Correntes;
- Dívida Ativa;
- Multas de Infrações;
- Receita de Capital;
- Outras Receitas.

Dessas fontes, as únicas receitas com obrigatoriedade de pagamento, onde o CREA pode atuar com uma cobrança intensiva são de Auto de Infração e Anuidade.

Desde o Exercício de 2012 o CREA-AL conta com apoio financeiro do CONFEA para complemento de sua receita.

No exercício de 2017 o CONFEA contribuiu com R\$ 1.717.914,93 (Um milhão setecentos e dezessete mil, novecentos e quatorze reais e noventa e três centavos) que está descrito na rubrica de transferências correntes. Os demais valores



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

apresentados nesta conta equivalem a repasse de convênios firmados com o CONFEA e Mútua neste exercício.

Com intuito de aumentar a receita de contribuições do CREA-AL, em 2016 foi elaborado um Manual de Cobrança que trata a forma de cobrança que o Regional pretende adotar desde do momento em que a receita é gerada até o seu efetivo pagamento. O mesmo segue no anexo III deste relatório.

QUADRO 14 - FORMA DE PARTILHA DA RECEITA

Situação em 31.12.2017

FORMA DE PARTILHA DA RECEITA				
CÓDIGO	FONTE DE RECEITA	RECEITA BRUTA ARRECADADA	COTA PARTE REPASSADA	COTA PARTE A REPASSAR
6.2.1.2.1	RECEITA CORRENTE	8.884.618,41	1.516.791,51	0
6.2.1.2.1.01	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.750.331,96	870.248,79	0
6.2.1.2.1.02	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.395.691,21	509.353,68	0
6.2.1.2.1.03	COTA PARTE	0	0	0
6.2.1.2.1.04	RECEITA PATRIMONIAL	43.100,00	0	0
6.2.1.2.1.05	RECEITA DE SERVIÇOS	264.158,96	39.623,84	0
6.2.1.2.1.06	FINANCEIRAS	469.386,38	70.407,96	0
6.2.1.2.1.07	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.780.901,66	0	0
6.2.1.2.1.08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	181.048,24	27.157,24	0
6.2.1.2.2	RECEITA DE CAPITAL	1.378.496,57	0	0
6.2.1.2.2.01	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	0	0
6.2.1.2.2.02	ALIENAÇÃO DE BENS	0	0	0
6.2.1.2.2.03	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	0	0	0
6.2.1.2.2.04	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0	0	0
6.2.1.2.2.05	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Cota Parte Repassada - Confea	1.052.061,38	0
Cota Parte Repassada - Mútua	543.924,91	0
Fonte: Comparativo da Receita - SISCONT.NET - SITAC		

QUADRO 15 - NATUREZA DA RECEITA

Situação em 31.12.2017

NATUREZA DA RECEITA			
Código	Nomenclatura	Previsão	Arrecadação
6.2.1.1	RECEITA CORRENTE	7.240.093,89	8.060.283,57
6.2.1.1.1.01	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.614.903,91	1.874.278,31
6.2.1.1.1.02	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.271.966,33	3.447.410,02
6.2.1.1.1.03	COTA PARTE	0	0
6.2.1.1.1.04	RECEITA PATRIMONIAL	60.000,00	43.100,00
6.2.1.1.1.05	RECEITA DE SERVIÇOS	230.887,30	264.158,96
6.2.1.1.1.06	FINANCEIRAS	321.959,83	469.386,38
6.2.1.1.1.07	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.561.639,17	1.780.901,66
6.2.1.1.1.08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	178.737,35	181.048,24
6.2.1.1.1.09	RECEITA DE DEVOLUÇÃO	0	0
6.2.1.1.2	RECEITA DE CAPITAL	2.007.058,75	1.378.496,57
6.2.1.1.2.01	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.153.547,76	1.378.496,57
6.2.1.1.2.02	ALIENAÇÃO DE BENS	400.000,00	0
6.2.1.1.2.03	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	0	0
6.2.1.1.2.04	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	0
6.2.1.1.2.05	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0
5.2.1.2.2.06.01	SUPERAVID FINANCEIRO	453.510,99	0
TOTAL		9.247.152,64	9.438.780,14
Fonte: Comparativo da Receita - SISCONT.NET			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Informações sobre a execução das despesas

Desde de 2012 o CREA-AL vem recebendo recursos financeiros do CONFEA com intuito de sanar suas despesas.

O quadro funcional do CREA-AL é composto de 52 (cinquenta e dois) colaboradores sendo: 30 (trinta) funcionários efetivos, 12 (doze) profissionais comissionados e 10 (dez) estagiários, o percentual de sua despesa com pessoal é de 72% (setenta e dois por cento) com relação a despesa total e 57% (cinquenta e sete por cento) com relação a receita total.

QUADRO 16 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Situação em 31.12.2017

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO				
MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA	
	2017	2016	2017	2016
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	1.457.764,60	888.013,38	1.457.764,60	888.013,38
a) Convite	71.414,55	230.916,80	71.414,55	230.916,80
b) Tomada de Preços	208.994,83	69.151,50	208.994,83	69.151,50
c) Concorrência	119.226,36	0	119.226,36	0
d) Pregão	1.058.128,86	587.945,05	1.058.128,86	587.945,05
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (g+h)	406.718,95	505.345,80	406.718,95	505.345,80
g) Dispensa	281.867,27	235.025,40	281.867,27	235.025,40
h) Inexigibilidade	124.851,68	270.320,50	124.851,68	270.320,50
3. Regime de Execução Especial	7.446,04	6.485,17	7.446,04	6.485,17
i) Suprimento de Fundos	7.446,04	6.485,17	7.446,04	6.485,17



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

4. Pagamento de Pessoal (j+k)	5.369.043,2 3	4.366.760,4 7	5.369.043,2 3	4.366.760,4 7
j) Pagamento de Folha	5.197.221,6 8	4.233.961,4 7	5.197.221,6 8	4.233.961,4 7
k) Diárias	171.821,55	132.799,00	171.821,55	132.799,00
5. Outros	159.263,30	217.573,79	159.263,30	217.573,79
6. Total (1+2+3+4+5)	7.400.236,1 2	5.984.178,6 4	7.400.236,1 2	5.984.178,6 4
Fonte: SISCONT.NET - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA				

QUADRO 17 - DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Situação em 31.12.2017

DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA								
Unidade Orçamentária: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas			Código UO:				UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupo de Despesa	Empenhada		Liquidado		RP Não Processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
REMUNERAÇÃO PESSOAL	4.065.387,17	3.346.647,30	4.065.387,17	3.346.647,30			4.065.387,17	3.346.647,30
ENCARGOS PATRONAIS	1.131.834,51	887.314,17	1.131.834,51	887.314,17			1.131.834,51	887.314,17
2. Juros e Encargos da Dívida	8.746,30		8.746,30				8.746,30	
3. Outras Despesas Correntes	2.170.187,25	1.459.312,50	2.170.187,25	1.459.312,50			1.681.778,02	1.322.669,88
BENEFÍCIO A PESSOAL	8.780,20	10.091,42	8.780,20	10.091,42			8.708,20	10.091,42
USO DE BENS E SERVIÇOS	142.860,11	109.483,33	142.860,11	109.483,33			136.870,80	92.261,34
DIÁRIAS	171.821,55	132.799,00	171.821,55	132.799,00			171.821,55	132.419,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PASSAGENS	99.852,03	61.176,86	99.852,03	61.176,86			91.829,17	60.986,86
DESPESA COM LOCOMOÇÃO	10.530,00	4.500,00	10.530,00	4.500,00			10.530,00	4.500,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS JURIDICAS	1.735.955,36	1.141.261,39	1.735.955,36	1.141.261,39			1.261.658,30	1.022.411,26
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	10.750,54	13.990,29	10.750,54	13.990,29			10.750,54	12.181,26
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	183.468,58	78.244,59	183.468,58	78.244,59			183.240,86	77.403,65
SERVIÇOS BANCÁRIOS	79.262,09	69.417,46	79.262,09	69.417,46			79.262,09	69.417,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.301,28	51.324,78	60.301,28	51.324,78			57.922,93	48.499,01
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupo de Despesa	Empenhada		Liquidado		RP Não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
EQUIPAMENTOS E MATERIAS PERMANENTES	726.932,82	408.728,91	726.932,82	408.728,91	0	0	606.095,66	220.045,91
INTANGÍVEL	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Fonte: Comparativo da Despesa Empenhada/Liquidada/Paga - SISCONT.NET</i>								

3.9. Desempenho operacional

O conteúdo deste item é uma análise centrada na atuação do setor de fiscalização, pois de suas ações resultam a principal função do CREA, ou seja, fiscalizar o exercício da atividade profissional no tocante as áreas da Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia, Meteorologia, tanto dos níveis técnicos quanto superiores. Além disso, suas ações estão diretamente ligadas ao cumprimento da missão estipulada pelo CREA-AI, a saber: “Orientar, educar e fiscalizar com eficácia o exercício profissional, promovendo a melhoria da qualidade de vida e a segurança da sociedade”. Para isso serão



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

analisados fatores como estratégia de atuação; desempenho operacional e possíveis resultados alcançados em suas ações.

No tocante as estratégias, 2017 foi um ano bem desafiador, no cenário macroeconômico, o Brasil ainda estava entranhado na crise, o que resultou em aumento nos pedidos de interrupção de registro profissional (quadro 21), e cancelamento de registro de empresas (quadro 22). O cenário afetou diretamente a cadeia produtiva, por isso as ações da fiscalização foram intensificadas em aumentar ou fomentar:

- Uma abordagem mais educativa, durante as fiscalizações, principalmente orientando a sociedade quanto à importância da contratação de profissionais registrados e aos benefícios do registro de suas atividades por meio da ART;
- Maior participação na Fiscalização Preventiva Integrada (FPI), como também em cursos e eventos ligados as modalidades do CREA, para sua atualização e integração com outros órgãos e esferas do governo;
- Aumentar a parceria com o setor de comunicação do CREA-AI para ampliar a divulgação de suas atividades nas mídias;
- Analisar periodicamente as estruturas tecnológicas utilizadas no desempenho da fiscalização, inclusive tendo suporte do setor de TI;
- Manter um clima organizacional favorável e motivador entre a equipe de fiscalização, contando com o apoio do RH;
- Focar esforços para conseguir ampliar a imagem do CREA junto a sociedade, reduzindo o tempo de respostas aos processos administrativos e dando transparência de seus atos.

Em relação ao desempenho do setor, foram realizadas 1.160 visitas de fiscalização (quadro 17) e lavrados 2.454 relatórios ou autos de infração (quadro 18). Comparado com 2016 houve um aumento no número de autos, mas com redução do número de visitas de fiscalização, considerando que em 2016 foram realizadas 1718 visitas de fiscalização. A partir desses dados alguns pontos negativos devem ser discutidos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- Dificuldade de atuação da fiscalização no interior do Estado, pois contar com apenas 2 fiscais de um total de 7 fiscais para cobrir essa região, havendo sempre necessidade de redistribuição da equipe para dar abranger a demanda;
- Os procedimentos de fiscalização necessitam ser detalhados e estabelecer o hábito da realização de auto auditoria de seus procedimentos;
- Necessidade de ampliar a fiscalização em todas as modalidades, pois há uma grande concentração apenas na área de Civil (quadro 18);
- Atendimento telefônico aquém do esperado e falta de uma ouvidoria;
- Falta de convênio de cooperação com outros órgãos, visando otimizar as atividades de fiscalização;

Esses pontos, dentre outros, foram identificados como entraves na área de fiscalização e possíveis gargalos ao setor. Porém é por meio do mapeamento dos pontos fracos que será possível traçar ações voltadas ao aprimoramento do setor e dos seus resultados.

A partir do papel de fiscalização outros resultados podem surgir, como aumento no número de registros profissionais (1186) e de empresas (254), se comparados com 2016 (Quadros 20 e 21), além disso ocorreu um crescimento do número de ART's registradas (Quadro 22), fator este que pode ser atrelado ao desempenho da fiscalização em 2017. Outro dado importante é a relação do número de visitas e inspeções na área de engenharia civil ser maior que as outras modalidades, pois é a área em que há maior quantidade de ART's registradas, sendo assim, existe maior demanda de serviços na área civil no Estado.

QUADRO 18 - RESUMO DA FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL REALIZADA EM 2017

Quantidade de Empregados na Área de Fiscalização	
Fiscal	7
Administrativo	2
Quantidade de Empreendimentos Fiscalizados	
Em Situação Regular	4
Em Situação Irregular	0
Quantidade de Visitas de Fiscalização por Grupo/Modalidade Fiscalizada	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Agrimensura	5
Agronomia	35
Engenharia Civil	759
Engenharia Elétrica	156
Engenharia Mecânica e Metalúrgica	38
Engenharia Química	5
Especiais	135
Especialização	19
Geologia e Minas	8
Abrangência	
Quantidade de Municípios Fiscalizados	102
Área Geográfica Total	27.778,506 km ²

Fonte: Base de dados sistema SITAC, FIS0028, FIS0035 - 2017

QUADRO 19 - QUANTITATIVO DE RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO – 2017

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2017												
264	122	211	199	241	205	208	188	202	271	199	144	2454
2016												
90	85	91	160	169	100	66	102	108	86	119	98	1274

Fonte – SITAC/AL (FIS 026)

QUADRO 20 - RELATÓRIO GERAL DE FISCALIZAÇÃO - 2017

RELATORIOS CADASTRADO	RELATORIOS COM AUTO DE INFRAÇÃO	TOTAL QTD RELATORIOS ARQUIVADOS
2452	862	1595

Fonte – SITAC/AL (FIS 017)

QUADRO 21 - COMPARATIVO DAS PRINCIPAIS SOLICITAÇÕES DE PESSOA FÍSICA

PROFISSIONAIS	2016	2017	DIFERENÇA
Nível Superior	548	817	269
Nível Médio	372	369	-3
Vistos	518	533	15
Interrupção	198	222	24

Fonte: Base de dados sistema SITAC, Relatório PRF0018, PRF0008.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

QUADRO 22 - COMPARATIVO DAS PRINCIPAIS SOLICITAÇÕES DE PESSOA JURÍDICA

EMPRESAS	2016	2017	DIFERENÇA
Registro	254	259	5
Visto de Execução	60	63	3
Visto de Licitação	22	29	7
Cancelamento	16	30	14

Fonte: Base de dados sistema SITAC, Relatório EMP0010, EMP0051

QUADRO 23 - QUANTITATIVO DE ART'S REGISTRADAS EM 2016 E 2017

2016								
MODALIDADE	CADASTRADAS	%	ELABORADAS PENDENTES	%	REGISTRADAS ISENTAS	%	REGISTRADAS PAGAS	%
AGRIMENSURA	765	2,83	160	0,59	35	0,13	570	2,11
AGRONOMIA	1275	4,72	238	0,88	41	0,15	996	3,68
CIVIL	15825	58,53	3037	11,23	1419	5,25	11369	42,05
ELETRICISTA	3775	13,96	662	2,45	271	1	2842	10,51
ESPECIAIS	1474	5,45	213	0,79	76	0,28	1185	4,38
ESPECIALIZAÇÃO	103	0,38	23	0,09	6	0,02	74	0,27
GEOLOGIA E MINAS	850	3,14	154	0,57	32	0,12	664	2,46
MECÂNICA E METALÚRGICA	2822	10,44	637	2,36	87	0,32	2098	7,76
QUÍMICA	150	0,55	42	0,16	22	0,08	86	0,32
TOTAL	27039	100	5166	19,12	1989	7,35	19884	73,54
2017								
MODALIDADE	CADASTRADAS	%	ELABORADAS PENDENTES	%	REGISTRADAS ISENTAS	%	REGISTRADAS PAGAS	%
AGRIMENSURA	938	2,84	181	0,55	78	0,24	679	2,05
AGRONOMIA	1569	4,74	259	0,78	92	0,28	1218	3,68
CIVIL	19910	60,18	4736	14,31	2422	7,32	12752	38,54
ELETRICISTA	4200	12,69	897	2,71	393	1,19	2910	8,8
ESPECIAIS	1649	4,98	288	0,87	106	0,32	1255	3,79
ESPECIALIZAÇÃO	106	0,32	19	0,06	14	0,04	73	0,22
GEOLOGIA E MINAS	956	2,89	203	0,61	59	0,18	694	2,1
MECÂNICA E METALÚRGICA	3611	10,92	562	1,7	178	0,54	2871	8,68
QUÍMICA	146	0,44	25	0,08	12	0,04	109	0,33
TOTAL	33085	100	7170	21,67	3354	10,2	22561	68,19

Fonte: Base de dados sistema SITAC, Relatório ART 0021 - 2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

3.10. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Análise dos ambientes

O CREA-AL, quando analisado de maneira sistêmica, possui fatores internos que tem potencial para alavancar a consecução de seus objetivos estratégicos e respectivas metas. Além disso, interage permanentemente com o ambiente externo onde existem fatores que podem contribuir de forma positiva ou negativa para o seu sucesso em relação aos resultados esperados.

Com o propósito de identificar estes fatores, foi realizada a análise dos ambientes interno e externo, tendo como fontes os seguintes meios:

- Pesquisa realizada pela internet com todos os profissionais e comunidade, por meio de seu portal de serviços;
- Resultados dos indicadores de desempenho;
- Resultados da Pesquisa de Clima Organizacional;
- Análise realizada pelos gestores durante a reunião de atualização do planejamento estratégico.

Análise do ambiente interno – Pontos Fortes

A análise do ambiente interno consiste em um momento de reflexão sobre os principais aspectos que permeiam a gestão e tem como objetivo identificar os Pontos Fortes, ou seja, as variáveis internas controláveis que propiciam condições favoráveis.

QUADRO 24 - Pontos Fortes Identificados

Pontos Fortes Identificados
Atendimento presencial
Participante da FPI - Fiscalização Preventiva Integrada
Integração por meio dos cursos e eventos
Divulgação na mídia das ações e trabalhos realizados pelo CREA
Tecnologia da Informação - estrutura física e lógica
Colaboradores competentes e com experiência
Clima organizacional favorável, motivado pelos atuais gestores
Respeito e reconhecimento da sociedade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Análise do ambiente interno – Pontos Fracos

A análise do ambiente interno consiste em um momento de reflexão sobre os principais aspectos que permeiam a gestão e tem como objetivo identificar os Pontos Fracos, ou seja, as variáveis controláveis internas que podem provocar condições desfavoráveis.

Como mostra o gráfico abaixo, evidencia-se uma diminuição significativa na quantidade e na importância dos pontos fracos identificados em 2015.

QUADRO 25 - Pontos Fracos Identificados

Pontos Fracos Identificados	Importância 2015	Importância 2017
Falta de cumprimento dos padrões (atividades e procedimentos)	3	3
Atendimento telefônico, e-mail, online deficiente	3	3
Falta convênios de cooperação com outros órgãos	3	3
Falta de uma ouvidoria	3	3
Falta de planejamento e continuidade nas ações propostas	3	3
Baixa operacionalização de fiscalização no interior	3	3
Grupo de conselheiros com baixo comprometimento	3	2
Foco na Engenharia Civil	3	2
Fluxo de caixa deficitário (para custeio)	3	2
Corpo funcional desmotivado e com baixo comprometimento	1	2
Baixa/nenhuma produção de cadernos e informativos técnicos	1	1
Inexistência de um banco profissional de curriculum	1	1
Comunicação interna falha	2	1
Ausência de trabalhos de conscientização social	1	1
Site ultrapassado, obsoleto, e desatualizado	1	0
Clima organizacional inconsistente	1	0
Falta fiscalização do salário mínimo profissional	1	0
Pouco treinamento para os funcionários	2	0
Péssima imagem da fiscalização do CREA perante os profissionais	3	0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Análise do ambiente externo – Ameaças

A análise do ambiente externo oportuniza a visualização de intervenientes que, embora não estejam sob o controle do CREA-AL, podem afetá-la.

As ameaças são variáveis externas, não controláveis, que podem criar condições desfavoráveis, podendo ter seus efeitos minimizados ou evitados, desde que conhecidas em tempo hábil. Na reunião de atualização ficou evidenciado que duas das ameaças listadas em 2015, não figuram mais no inventário levantado naquele ano.

QUADRO 26 - Ameaças Identificadas

Ameaças Identificadas
Crise econômica
Falta de amparo legal
Risco de extinção
Desinteresse dos profissionais em ficar registrado no CREA
Conflito com os demais conselhos de classe: Cau (arquitetos exercendo função de engenheiros) e possibilidade de instalação do conselho dos técnicos (perda de receita).
Projeto para extinção das anuidades de filial (perda de receita).
Projeto para extinção do pagamento da ART.
Alta concentração de receita vinculada a eng. civil.

Análise do ambiente externo – Oportunidades

As oportunidades são variáveis externas, não controláveis, que podem oferecer condições favoráveis, desde que conhecidas e aproveitadas satisfatoriamente.

QUADRO 27 - Oportunidades Identificadas

Oportunidades Identificadas
Interação com outros CREAs
Aproximação junto as Instituições de Ensino Superior e Técnico
Trabalho conjunto com a administração pública, sociedade civil e instituições de ensino: formulação de parcerias com o CREA-AL para cooperação técnica (MP, TCU, Prefeituras, Eletrobrás, Casal, Juceal, IMA, Ibama, Bancos de Fomento, Escolas)
Recursos para investimentos em pessoas, tecnologia e infraestrutura (Prodesu)
Recursos Divulga Mútua



QUADRO 28 - Cruzamento da análise dos Pontos Fortes e Ameaças

Com que intensidade o Ponto Fraco ____ dificulta a empresa a capturar a Oportunidade ____? 1 - Intensidade Fraca - Não dificulta a captura da Oportunidade 5 - Intensidade Média - Dificulta a captura da Oportunidade 9 - Intensidade Forte - Dificulta muito a captura da Oportunidade	OPORTUNIDADES						PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO %
	Interação com outros CREAs	Aproximação junto as Instituições de Ensino Superior e Técnico	Trabalho conjunto com a administração pública, sociedade civil e instituições de ensino: formulação de parcerias com o CREA-AL para cooperação técnica (MP, TCU, Prefeituras, Eletrobrás, Casal, Juceal, IMA, Ibama, Bancos de Fomento, Escolas)	Recursos para investimentos em pessoas, tecnologia e infraestrutura (Prodesu)	Recursos Divulga Mútua			
PONTOS FRACOS	1	2	3	4	5	5		
Falta de controle operacional das atividades e procedimentos	2	9	9	9	9	9	45	100,0
Falta de planejamento e continuidade nas ações propostas	8	9	9	9	9	9	45	100,0
Foco na Engenharia Civil	4	9	9	9	5	5	37	82,2
Grupo de conselheiros com baixo comprometimento	1	9	9	9	1	1	29	64,4
Atendimento telefônico, e-mail, online deficiente	3	5	5	5	5	5	25	55,6
Baixa operacionalização de fiscalização no interior	9	1	5	9	5	5	25	55,6
Falta convênios de cooperação com outros órgãos	5	1	9	9	1	1	21	46,7
Falta de uma ouvidoria	6	9	1	9	1	1	21	46,7
Fluxo de caixa deficitário (para custeio)	7	9	1	1	5	5	21	46,7
Péssima imagem da fiscalização do CREA perante os profissionais	10	1	9	9	1	1	21	46,7
PONTUAÇÃO	62	66	78	42	42			
PONTUAÇÃO %	10	68,9	73,3	86,7	46,7	46,7		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Análise Competitiva entre as Forças Internas e Externas

A análise do grau de influência exercido entre as forças do ambiente interno e externo, realizada com o apoio de matrizes de relação, resultam nas seguintes conclusões:

QUADRO 29 - Forças Internas e Externas

Pontos Fracos que mais acentuam os riscos das atuais ameaças	100,0	Falta de planejamento e continuidade nas ações propostas	VULNERABILIDADE
	88,9	Falta convênios de cooperação com outros órgãos	
	88,9	Péssima imagem da fiscalização do CREA perante os profissionais	
	83,3	Baixa operacionalização de fiscalização no interior	
	77,8	Falta de uma ouvidoria	
	77,8	Fluxo de caixa deficitário (para custeio)	
	72,2	Grupo de conselheiros com baixo comprometimento	
Pontos Fracos que mais dificultam capturar as oportunidades	100,0	Falta de controle operacional das atividades e procedimentos	DEBILIDADES
	100,0	Falta de planejamento e continuidade nas ações propostas	
	82,2	Foco na Engenharia Civil	
	64,4	Grupo de conselheiros com baixo comprometimento	
	55,6	Atendimento telefônico, e-mail, online deficiente	
	55,6	Baixa operacionalização de fiscalização no interior	
Pontos fortes sobre os quais podemos nos apoiar para capturar as oportunidades	100,0	Divulgação na mídia das ações e trabalhos realizados pelo CREA	POTENCIALIDADES
	100,0	Colaboradores competentes e com experiência	
	91,1	Tecnologia da Informação - estrutura física e lógica	
	82,2	Integração por meio dos cursos e eventos	
	82,2	Clima organizacional favorável, motivado pelos atuais gestores	
	82,2	Respeito e reconhecimento da sociedade	
Pontos Fortes que ajudarão minimizar ou neutralizar os efeitos das ameaças	100,0	Respeito e reconhecimento da sociedade	DEFENSIVIDADES
	88,9	FPI - Fiscalização Preventiva Integrada	
	83,3	Integração por meio dos cursos e eventos	
	77,8	Divulgação na mídia das ações e trabalhos realizados pelo CREA	
	77,8	Colaboradores competentes e com experiência	
	72,2	Clima organizacional favorável, motivado pelos atuais gestores	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Oportunidades mais fáceis de serem capturadas	88,9	Interação com outros CREAs
	88,9	Aproximação junto as Instituições de Ensino Superior e Técnico
	88,9	Trabalho conjunto com a administração pública, sociedade civil e instituições de ensino: formulação de parcerias com o CREA-AL para cooperação técnica (MP, TCU, Prefeituras, Eletrobrás, Casal, Juceal, IMA, Ibama, Bancos de Fomento, Escolas)
	61,1	Recursos para investimentos em pessoas, tecnologia e infraestrutura (Prodesu)

Oportunidade com maior risco de não ser capturada	86,7	Trabalho conjunto com a administração pública, sociedade civil e instituições de ensino: formulação de parcerias com o CREA-AL para cooperação técnica (MP, TCU, Prefeituras, Eletrobrás, Casal, Juceal, IMA, Ibama, Bancos de Fomento, Escolas)
	73,3	Aproximação junto as Instituições de Ensino Superior e Técnico
	68,9	Interação com outros CREAs

Ameaças mais acentuadas	95,6	Conflito com os demais conselhos de classe: Cau (arquitetos exercendo função de engenheiros) e possibilidade de instalação do conselho dos técnicos (perda de receita).
	91,1	Crise econômica
	91,1	Desinteresse dos profissionais em ficar registrado no CREA
	91,1	Alta concentração de receita vinculada a eng. civil.
	68,9	Projeto para extinção das anuidades de filial (perda de receita).
	68,9	Projeto para extinção do pagamento da ART.

Ameaças que podem ser minimizadas pelos pontos fortes	100,0	Crise econômica
	100,0	Desinteresse dos profissionais em ficar registrado no CREA
	94,4	Conflito com os demais conselhos de classe: Cau (arquitetos exercendo função de engenheiros) e possibilidade de instalação do conselho dos técnicos (perda de receita).
	77,8	Alta concentração de receita vinculada a eng. civil.
	66,7	Projeto para extinção das anuidades de filial (perda de receita).
	66,7	Projeto para extinção do pagamento da ART.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança do CREA-AL é composta pelo Plenário, Câmaras especializadas, Comissões permanentes, Presidência, Diretoria e Inspetoria. A cada três anos são realizadas eleições para presidente que é escolhido por voto direto dos profissionais registrados e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

anualmente são realizadas eleições para diretoria de forma indireta entre os membros do plenário. As reuniões plenárias acontecem mensalmente.

- A principal função do plenário é cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, as decisões normativas e as decisões plenárias baixadas pelo Confea, os atos normativos e os atos administrativos baixados pelo CREA-AI.
- A câmara especializada é o órgão decisório da estrutura básica do CREA-AI que tem por finalidade apreciar e decidir os assuntos relacionados à fiscalização do exercício profissional, e sugerir medidas para o aperfeiçoamento das atividades do Conselho Regional, constituindo a primeira instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição, ressalvado o caso de foro privilegiado.
- A Presidência é o órgão executivo máximo da estrutura básica que tem por finalidade dirigir o CREA-AI e cumprir e fazer cumprir as decisões da Diretoria e do Plenário.
- A Diretoria é o órgão executivo da estrutura básica do CREA-AI que tem por finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas.
- A Inspeção é o órgão executivo que representa o CREA-AI no município ou na região onde for instituída e tem por finalidade fiscalizar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Cada um dos entes da estrutura básica tem suas competências delimitadas no RI do CREA-AI.

4.2. Informações sobre dirigentes e colegiados

A Composição de Dirigentes e Colegiados do CREA-AI obedece o que determina a Resolução nº 1.071/2015 do Confea que trazem os Artigos listados abaixo:

“Art. 2º O plenário do Crea é constituído por brasileiros, diplomados em curso superior nas áreas profissionais abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, legalmente habilitados de acordo com a legislação em vigor, obedecida a seguinte composição:

I – presidente;

II – representantes das instituições de ensino superior com sede na circunscrição; e

III – representantes das entidades de classe de profissionais de nível superior com sede na circunscrição.

Parágrafo único. O plenário do Crea tem sua composição renovada em um terço anualmente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Art. 3º Para ter direito a representação no plenário do Crea a instituição de ensino superior ou a entidade de classe de profissionais de nível superior deve estar registrada na respectiva circunscrição e ter formalizado o interesse em se fazer representar no plenário do Regional.

Art. 18. Após a aprovação pelo plenário do Confea da composição do plenário do Crea, o Regional deve informar às instituições de ensino superior e às entidades de classe de profissionais de nível superior o número de representantes de cada categoria ou modalidade que terão suas representações iniciadas.

Art. 21. A instituição de ensino superior indicará para representante e seu suplente profissionais que pertençam à categoria ou à modalidade profissional do curso que a instituição de ensino superior ministre e na qual se fará representar.

Art. 22. A entidade de classe de profissionais de nível superior indicará para representante e seu suplente, eleitos na forma de seu estatuto, profissionais de nível superior que pertençam à categoria ou à modalidade profissional na qual se fará representar. ”

A Lei nº 5.194 de 1966 também traz em seu Artigo 40, texto que regulamente esta matéria quando determina que “o número de conselheiros representativos das entidades de classe de profissionais de nível superior será fixado nos respectivos Conselhos Regionais, assegurados o mínimo de 1 (um) representante por entidade de classe de profissionais de nível superior e a proporcionalidade entre os representantes das diferentes categorias profissionais.”

Considerando que em atendimento ao disposto no art. 41 da Lei nº 5.194, de 1966, serão submetidas à prévia aprovação do Confea a proporcionalidade dos representantes de cada categoria profissional em face dos números totais dos registros no conselho regional, cabendo a cada entidade de classe de profissionais de nível superior registrada no Crea o número de representantes proporcional à quantidade de seus associados.

QUADRO 30 - COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO DO CREA-AL NO EXERCÍCIO DE 2017

NOMES CONSELHEIROS	TÍTULO PROFISSIONAL	PERÍODO MANDATO	INST. ENSINO/ENTIDADES DE CLASSE
Titular: Alzira Mercia Braga Mota Gomes	Agrônomo	26/01/16 a 31.12.18	SEAGRA-AL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Suplente: Mário Alberto Pimentel de Paiva	Agrônomo	26/01/16 a 31.12.18	SEAGRA-AL
Titular: André Luiz Lopes Malta	Civil	26/01/16 a 31/12/18	CLUBE DE ENGENHARIA DE ALAGOAS
Suplente: Zerisson de Oliveira Neto	Civil	26/01/16 a 31/12/18	CLUBE DE ENGENHARIA DE ALAGOAS
Titular: Arthur Visgueiro Maciel	Mecânico	26/01/16 a 31.12.18	SENGE-AL
Suplente: Thiago José Soares Lima e Silva	Mecânico	26/01/16 a 31.12.18	SENGE-AL
Titular: Cid Carlos Leite da Silva	Civil	13/01/15 a 31/12/17	SENGE-AL
Suplente:	Civil		SENGE-AL
Titular: Charles Mariano Pedrosa de Almeida	Eletricista	13/01/15 a 31/12/17	SENGE-AL
Suplente: Rodrigo Evaristo de Oliveira e Silva	Eletricista	13/01/15 a 31/12/17	SENGE-AL
Titular: Cristovam Lins Filho	Eng. Civil e Seg. Trab.	13/01/15 a 31/12/17	CLUBE DE ENGENHARIA DE ALAGOAS
Suplente: Eduardo Paiva Alves	Eng. Civil de Seg. Trab.	13/01/15 a 31/12/17	CLUBE DE ENGENHARIA DE ALAGOAS
Titular: Daniel Eugenio	Civil	26/01/16 a 31.12.18	CLUBE DE ENGENHARIA DE ALAGOAS
Suplente: Fátima Bernadete Correia de Melo	Civil	26/01/16 a 31.12.18	CLUBE DE ENGENHARIA DE ALAGOAS
Titular: Digerson Vieira Rocha	Civil	19/01/17 a 31/12/19	SENGE-AL
Suplente: Esdras Maia Nobre de Abreu	Civil	19/01/17 a 31/12/19	SENGE-AL
Titular: Disneys Pinto da Silva	Civil	19/01/17 a 31/12/19	SENGE-AL
Suplente: BunoTales de Oliveira Lima	Civil	19/01/17 a 31/12/19	SENGE-AL
Titular: Eduardo Lucena Cavalcante de Amorim	Civil	19/01/17 a 31/12/19	UFAL
Suplente: Aline Calheiros Espíndola	Civil	19/01/17 a 31/12/19	UFAL
Titular: Fernando José da Costa Bispo	Eng. Minas	26/01/16 a 31/12/18	SENGE-AL
Suplente: Francisco Guedes de Melo Filho	Eng. Minas	26/01/16 a 31/12/18	SENGE-AL
Titular: Geison Cavalcante Alves	Eletricista	26/01/16 a 31/12/18	APREL-AL
Suplente: Klayson Fernando Moraes P. da Costa	Eletricista	26/01/16 a 31/12/18	APREL-AL
Titular: José Ailton Ferreira Pacheco	Agrônomo	13/01/15 a 31/12/17	UFAL
Suplente: Guilherme Bastos Lyra	Agrônomo	13/01/15 a 31/12/17	UFAL
Titular: José Ferreira Costa	Civil	19/01/17a 31/12/19	CLUBE DE ENGENHARIA DE ALAGOAS
Suplente: Osman Ramires Neto	Civil	19/01/17 a 31/12/19	CLUBE DE ENGENHARIA DE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

			ALAGOAS
Titular: José Gomes Fragoso Neto	Agrônomo	19/01/17 a 31/12/19	SENGE-AL
Suplente: Cesar Holanda Costa	Agrônomo	19/01/17 a 31/12/19	SENGE-AL
Titular: José Marcos de Souza Bezerra	Téc. Em San. Amb.	13/01/15 a 31/12/17	SENGE-AL
Suplente: Fernando José Nascimento de Souza	Civil	13/01/15 a 31/12/17	SENGE-AL
Titular: José Marivaldo Moura Coutinho	Civil	26/01/16 a 31/12/18	SENGE-AL
Suplente: Allan Fabiano da Silva	Civil	26/01/16 a 31/12/18	SENGE-AL
Titular: José Reinaldo de Sá Falcão	Agrônomo	13/01/15 a 31/12/17	SEAGRA-AL
Suplente: Eraldo Alves de Andrade	Agrônomo	13/01/15 a 31/12/17	SEAGRA-AL
Titular: José Roberto Medeiros Silva	Agrônomo	26/01/16 a 31/12/18	SEAGRA-AL
Suplente: Eduardo José Calixto Borges	Agrônomo	01/03/16 a 31.12.18	SEAGRA-AL
Titular: Lucas Barbosa Cavalcante	Agrimensor	19/01/17 a 31/12/19	SENGE-AL
Suplente: Juciela Cristina dos Santos	Agrimensor	19/01/17 a 31/12/19	SENGE-AL
Titular: Luciano Vieira de Castro	Civil	19/01/17 a 31/12/19	SENGE-AL
Suplente: Neilton de Lima Barros	Civil	19/01/17 a 31/12/19	SENGE-AL
Titular: Luiz Cavalcante Peixoto Neto	Civil	26/01/16 a 31/12/18	CLUBE DE ENGENHARIA DE ALAGOAS
Suplente: Maria de Fátima Prazin das Chagas	Civil	26/01/16 a 31/12/18	CLUBE DE ENGENHARIA DE ALAGOAS
Titular: Luiz Gonzaga de Barros Lima Filho	Civil	19/01/17 a 31/12/19	SENGE-AL
Suplente: Francisco Carlos Rocha Mello	Civil	19/01/17 a 31/12/19	SENGE-AL
Titular: Marcelo Daniel de Barros Melo	Civil	26/01/16 a 31/12/18	CLUBE DE ENGENHARIA DE ALAGOAS
Suplente: Rosa Maria Barros Tenório	Civil	26/01/16 a 31/12/18	CLUBE DE ENGENHARIA DE ALAGOAS
Titular: Marcos Antônio Gonçalves dos Santos	Eletricista	13/01/15 a 31/12/17	FEJAL
Suplente:	Eletricista		FEJAL
Titular: Marco Valério Aleluia da Silva	Eng.Civil e Seg. Trab	13/01/15 a 31/12/17	SENGE-AL
Suplente: kyvia Cristhinne Tenório Costa	Eng. Civil e Seg. Trab.	13/01/15 a 31/12/17	SENGE-AL
Titular: Messias Rodrigues Filho	Civil	13/01/15 a 31/12/17	SENGE-AL
Suplente:	Civil		SENGE-AL
Titular: Thales de Oliveira Cabral Melo	Mecânico	26/01/16 a 31/12/18	CLUBE DE ENGENHARIA DE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

			ALAGOAS
Suplente: Mário Antônio Pereira Braga	Mecânico	26/01/16 a 31/12/18	CLUBE DE ENGENHARIA DE ALAGOAS
Titular: Valter Leandro da Silva Filho	Eletricista	19/01/17 a 31/12/19	APREL
Suplente: Luiz Alberto Lima Correia	Eletricista	19/01/17 a 31/12/19	APREL
Titular: Victor Correia Vasconcellos	Civil	13/01/15 a 31/12/17	CLUBE DE ENGENHARIA DE ALAGOAS
Suplente: Humberto Carvalho Júnior	Civil	13/01/15 a 31/12/17	CLUBE DE ENGENHARIA DE ALAGOAS

Diretoria CREA-AL.

A Diretoria do CREA-AL obedece o que determina o seu RI, nos seus Artigos 96 e 97 que trazem o seguinte texto:

“Art. 96. A Diretoria é o órgão executivo da estrutura básica do Crea que tem por finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas.

Art. 97. A Diretoria é constituída pelo presidente, pelo vice-presidente e por conselheiros regionais, que exercem no mínimo as seguintes funções, respectivamente:

I – diretor-administrativo;

II – diretor-financeiro; e

III – diretor-secretário.”

Ela é composta por Conselheiros eleitos e indicados pelas Entidades Regionais registradas neste Conselho e homologadas pelo Confea. A duração do mandato é de um ano, iniciando na primeira sessão ordinária do ano, encerrando na primeira sessão plenária do ano seguinte, (art.103 do RI). A diretoria é eleita pelo Plenário com votos dos conselheiros titulares, caso esteja impossibilitado o suplente deverá votar cabendo ao titular justificar por escrito sua ausência.

A função dos diretores é auxiliar o presidente nas questões administrativas. Os membros da Diretoria não recebem nenhum tipo de remuneração, é merecedor de certificado de serviço relevante prestado à Nação, elaborado pelo Confea, no término de seu mandato como Conselheiro Regional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Aos membros da Diretoria é vedado compor a Comissão de Orçamento e Tomada de Contas e exercer a Coordenação das Câmaras Especializadas. (arts. 98 e 99 do RI).

De acordo com o art. 102 do RI: A posse dos membros da Diretoria é realizada na primeira sessão plenária perante o presidente. Preconiza o Parágrafo Único, deste mesmo artigo do RI, que os termos de posse são lavrados e assinados pelo presidente e pelo membro da diretoria. Havendo a vacância o Plenário fará uma nova eleição para complementação de mandato (Parágrafo Único, art.103 do RI).

É elaborado e aprovado um calendário de reuniões da Diretoria, para encontro trimestral, ou caso haja alguma deliberação urgente, nada impede de os membros reunirem-se extraordinariamente, com registro em livro próprio. As decisões aprovadas nas reuniões são descritas em súmulas.

Os membros da diretoria são designados pelo presidente em ato administrativo para representá-lo em eventos e atividades que envolvam a competência do Crea quando da sua impossibilidade.

QUADRO 31 - COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DO CREA-AL NO EXERCÍCIO DE 2017

ÓRGÃO: CREA/AL				
COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA				ANO: 2017
MODALIDADE	NOME	CARGO	CPF	PERÍODO DO MANTADO
CIVIL	FERNANDO DACAL REIS	PRESIDENTE	164.373.224-20	1º.01.15-31.12.17 Plenária Ordinária nº 664 - 13.01.2015
CIVIL	ANDRÉ LUIZ LOPES MALTA	VICE-PRESIDENTE	662.838.504-30	19.01.17 - 23.01.18 Plenária Ordinária nº 692 – 19.01.2017
AGRONOMIA	JOSÉ ROBERTO MEDEIROS SILVA	DIRETOR ADMINISTRATIVO	140.393.624-20	19.01.17 - 23.01.18 Plenária Ordinária nº 692 – 19.01.2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ELETRICISTA	GEISON CAVALCANTE ALVES	DIRETOR FINANCEIRO	024.150.864- 95	19.01.17 - 23.01.18 Plenária Ordinária nº 692 – 19.01.2017
CIVIL	MESSIAS RODRIGUES FILHO	DIRETOR SECRETÁRIO	240.502.294- 04	19.01.17 - 23.01.18 Plenária Ordinária nº 692 – 19.01.2017

QUADRO 32 - COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2017

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL E AGRIMENSURA	
Titular: Eng. Civil Victor Correia Vasconcellos - COORDENADOR	
Suplente: Humberto de Carvalho Júnior	
Titular: Eng. Civ. José Marivaldo Moura Coutinho – COORDENADOR ADJUNTO	
Suplente: Eng. Civ. Allan Fabiano da Silva Machado	
Titular: Eng. Civ. André Luiz Lopes Malta	
Suplente: Eng.Civ. Zerisson de Oliveira Neto	
Titular: Eng. Civ. Cid Carlos Leite da Silva	
Suplente:	
Titular: Eng.Civ. Daniel Eugenio	
Suplente: Eng.Civ. Fátima Bernadete Correia de Melo	
Titular: Eng. Civ. Digerson Vieira Rocha	
Suplente:	
Titular: Eng. Civ. Disneys Pinto da Silva	
Suplente:	
Titular: Eng. Civ. Eduardo Lucena Cavalcante Amorim	
Suplente: Eng. Civ. Aline Calheiros Espíndola	
Titular: Eng. Civ. José Ferreira Costa	
Suplente: Eng. Civ. Osman Ramires Neto	
Titular: Tecnl.Saneam.Amb. José Marcos Souza Bezerra	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Suplente: Eng. Civ. Fernando José Nascimento de Souza
Titular: Eng.Civ. Luiz Cavalcante Peixoto Neto
Suplente: Eng.Civ. Maria de Fátima Prazin das Chagas Cavalcanti
Titular: Eng.Civ. Luiz Gonzaga de Barros Lima Filho
Suplente: Eng.Civ.
Titular: Eng. Civ. Marcelo Daniel de Barros Melo
Suplente: Eng.Civ. Rosa Maria de Barros Melo
Titular: Eng. Civ. Messias Rodrigues Filho
Suplente:
Titular: Eng. Agrimensor Lucas Barbosa Cavalcante
Suplente:
Titular: Eng. Civ. Luciano Vieira de Castro
Suplente: Eng. Civ. Neylton de Lima Barros
Titular: Eng. Civ. e de Seg. do Trab. Marco Valério Aleluia da Silva – REP. PLENÁRIO
CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA MECÂNICA, METALÚRGICA, GEOLOGIA, MINAS
Titular: Eng. Mec. Thales de Oliveira Cabral Melo – COORDENADOR
Suplente: Eng. Mec Mário Antônio Pereira Araújo
Titular: Eng. Mec. Arthur Visgueiro Maciel - COORDENADOR ADJUNTO
Suplente: Eng. Mec. Thiago José Soares Lima e Silva
Titular: Eng. Civ. e de Seg. do Trabalho Cristovam Lins Filho
Suplente: Eng. Civ. e de Seg. do Trabalho Eduardo Paiva Alves
Titular: Eng de Minas Fernando José da Costa Bispo
Suplente: Eng de Minas Francisco Guedes de Melo Filho
Titular: Eng. Civ e de Seg. do Trabalho Marco Valério Aleluia da Silva
Suplente: Eng. Civ. e de Seg. do Trabalho Kyvia Cristhinne Tenório
Titular: Eng. Civ. Messias Rodrigues Filho REP. PLENÁRIO
CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA ELÉTRICA
Titular Eng. Eletr. Charles Mariano Pedrosa de Almeida - COORDENADOR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Suplente: Eng. Eletr. Rodrigo Evaristo de Oliveira e Silva
Titular: Eng. Eletr. Valter Leandro da Silva Filho - COORDENADOR ADJUNTO
Suplente: Eng. Eletr. Luiz Alberto Lima Correia
Titular: Eng. Eletr. Geison Cavalcante Alves
Suplente: Eng. Eletr. Klayson Fernando Moraes Pedrosa da Costa
Titular: Eng. Eletr. Marcos Antônio Gonçalves dos Santos
Suplente:
Titular: Eng. Mec. Eng. Mec. Arthur Visgueiro Maciel - REPRESENTANTE PLENÁRIO
CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA
Titular: Eng. Agrônomo Eng. Agr. José Reinaldo de Sá Falcão - COORDENADOR
Suplente: Eng. Agr. Eraldo Alves de Andrade
Titular: Eng. Agr. José Roberto Medeiros Silva – COORDENADOR ADJUNTO
Suplente: Eng. Agr. Eduardo José Calixto Borges
Titular: Eng. Agr. Alzira Mércia Braga Mota Gomes
Suplente: Eng. Agr. Mário Alberto Pimentel de Paiva.
Titular: Eng. Agr. José Ailton Ferreira Pacheco
Suplente: Eng. Agr. Guilherme Bastos Lyra
Titular: Eng. Civil Luciano Vieira de Castro – REPRESENTANTE DO PLENÁRIO

4.3. Atuação da unidade de auditoria interna

Com referência a este tópico o CREA-AI não apresenta um setor de Auditoria Interna, mas a Controladoria do nosso Conselho juntamente com o setor de Planejamento estão aos poucos montando e implantando estratégias, planejamento e Auditorias Internas pelos setores, estão sendo observados os andamento dos processos, estudando os fluxogramas a serem seguidos, conformidade com os prazos e procedimentos, além de subsidiar as esferas superiores na tomada de decisões por meio de elaboração de relatórios. A funcionária Lhayse Chagas comanda o setor de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Controladoria, por meio da Portaria 024/2016, e conta com o auxílio da funcionária Denise Silva, ambas são do quadro efetivo do Conselho, e o Funcionário Afrânio Bastos é responsável pela Gerencia de TI/Planejamento.

No tocante a 2017 houve uma continuidade da auditoria interna realizada em 2016, e a controladoria concentrou esforços nas áreas de Atendimento ao Público, Dívida Ativa, setor Financeiro e de Infraestrutura, analisando os processos e propondo recomendações para melhoria do desempenho operacional, redução de erros e otimização dos serviços.

Planejamento das Auditorias

As auditorias são planejadas até o final do mês de janeiro de cada ano. Para a realização desta programação são consideradas as seguintes informações de entrada:

- Mapa dos Processos, com as fichas de cada um dos processos;
- Modelagem dos processos, publicados na intranet;
- As práticas de gestão definidas no sistema GPWeb;
- Resultados das auditorias anteriores, interna ou externa;
- Resultados dos indicadores e planos de ação.
- A elaboração do cronograma e do Plano de Auditoria são realizados por meio da abertura de um plano de ação no sistema GPWeb, onde são informados, ao menos, os seguintes campos:
Nome: Planejamento das auditorias internas
- Responsável: escolher o gestor responsável pelo cumprimento do plano de auditoria.
- Designados: nome dos colaboradores que participam do plano de auditoria.
- Descrição: breve descrição sobre o planejamento da auditoria.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- Relacionado: escolher a opção Prática, e marcar a prática “7.b – Auditoria do Sistema de Gestão”.
- Ano: inserir o ano do plano de auditoria.
- Data Início: dia previsto para a realização da primeira auditoria.
- Data término: dia previsto para a realização da última auditoria.
- Assinam: - Usuário: Neste campo deve ser informado o nome do Superintendente, para que faça a aprovação do plano.
- Aprova: deve ser marcado como “Sim”.

Priorização:

Neste item devem ser preenchidos todos os campos de acordo com cada uma das pertinências e avaliações do gestor responsável pela elaboração do plano de auditoria.

Após a criação do Plano de Ação “Planejamento das auditorias internas”, devem ser criadas as ações, ou seja, definir a auditorias a serem executadas durante o ano, considerando as entradas listadas acima (cronograma).

- Ao criar as ações (cronograma) devem ser preenchidos ao menos os seguintes campos: O que: definir o que deve ser auditado;
- Quando: definir a data da realização da auditoria;
- Quem: nome das pessoas envolvidas com a auditoria;
- Participantes: marcar o auditor líder e o gestor da área ou do processo a ser auditado.

É importante ressaltar que além da Controladoria Interna, o atendimento aos requisitos aplicáveis aos processos é garantido também por meio de Auditorias Externas que são realizadas pelo CONFEA e por empresas de Auditoria Independente que é contratada anualmente, à medida que se firma o Convênio PRODESU/CONFEA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Neste ano de 2017 o Conselho trabalhou com a empresa ITIKAWA AUDITORES INDEPENDENTES – EPP, CNPJ 03.566.241/0001.90, contratada através do processo de licitação, dados do processo:

- Número do processo: 2190633/2017 iniciado no dia 20 de abril de 2017
- Edital de licitação 06/2017
- Pregão Presencial 04/2017
- Modalidade: Menor Preço
- Empenho 224
- Contrato 17/2017 com vigência até 22 de junho de 2018, valor do contrato de R\$22.000.00
- Objetivo do Contrato: prestar serviços de Auditoria Contábil Independente das Demonstrações Contábeis, com emissão de parecer técnico e o Relatório de Auditoria Circunstanciado das referidas demonstrações e relatório de controle interno.
- Gestões a serem auditadas: Contábil, Financeira e Administrativa.

4.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Em atenção a este item o Conselho, por meio da controladoria interna com auxílio do setor de Tecnologia da Informação - TI, foi analisado o desempenho e processos dos setores administrativos com atenção especial à Gerência Operacional, para tal foi realizado um mapeamento das atividades e fluxo de processos por meio das ferramentas como SITAC e GPWeb. A seguir os dados encontrados e as soluções propostas:

QUADRO 33 - Detalhamento das atividades de auditoria realizadas

1. DADOS DA EMPRESA
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas – CREA-AI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

2. OBJETIVO, ESCOPO E PERÍODO DA AUDITORIA

A auditoria visa verificar a aderência do Sistema de Gestão da Qualidade aos requisitos do Modelo de Excelência da Gestão, segundo os Critérios Compromisso com a Excelência. A auditoria foi realizada entre os dias 16 e 21 de novembro de 2016 e continuada durante o ano de 2017, conforme datas constantes neste quadro.

3. CARACTERÍSTICA DA AUDITORIA

A auditoria foi implementada em praticamente todas as áreas e processos do CREA-AI, utilizando como principal recurso as informações oriundas do planejamento estratégico, de descrições das práticas de gestão e acompanhamento dos indicadores e planos de ação. Foi realizado um levantamento destas informações sobre cada uma das áreas, e a partir delas, de maneira amostral, foi iniciada a auditoria.

Foram feitas entrevistas com os gestores, sendo abordados os assuntos descritos acima. Nesta oportunidade foram colhidos os relatos de algumas conformidades e não-conformidades identificadas ao longo das entrevistas e também pelo desempenho apresentado nos indicadores e planos de ação. Na sua maioria, as não-conformidades foram identificadas no ato, com cada gestor e proposta a abertura de plano de ação para o tratamento, ou melhorias pontuais quando não havia a necessidade da abertura do plano de ação. Em 2017 houve o desdobramentos dessas ações e checagem dos procedimentos e processos, porém em alguns setores como Infraestrutura e Dívida Ativa não foram concluídos, ficando para 2018.

4. RESULTADOS DA AUDITORIA

Realizada a auditoria na área da Gerência Operacional (GOP)

29/03/2017 - Setor de ART e CAT

Itens	Comentários
Atividades Analisadas	- Durante a auditoria foram feitas pesquisas para análise da atividade com o colaborador Breno das Neves com dados dos últimos 3 meses onde foi possível verificar que em média cada análise de ART leva 49,5 segundos. Considerando, uma demanda de 90 ART's/dia, esta atividade ocupa em média 1,5hs de trabalho por dia. - Conforme relatórios do sitac, foi registrada em média uma demanda de 95 CAT's por mês, (amostragem de dez/16, jan/17, fev/17). Por meio de entrevista, foi possível verificar que para realização de uma análise completa com apoio de checklist se gasta em torno de 20 minutos no máximo. Levando-se em consideração uma demanda diária média de 5 certidões/dia é possível verificar que a atividade ocupa 1 hora e 40 minutos.
Não Conformidades	Foi estabelecido em reunião e colocado na modelagem dos processos que a CAT teria o prazo de até 3 dias úteis para se entregue, porém, em entrevista com os funcionários Janerson e Priscila, a informação repassada aos clientes é de 3 à 5 dias úteis. Além disso, foi verificado nos relatórios de dez/16, jan/17 e fev/17(relatório de certidão com filtro) que as CAT's estão demorando em média 8 dias para serem finalizadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Indicadores	2. Foi analisado e liberado pelo DRC/ART, CAT com Atestado divergindo da ART; 3. Foi detectado atestado sem o nome do Profissional; 4. Foi encontrada divergência entre o Contratante na ART e a Empresa que Atestou a obra; 5. Foram encontradas divergências de datas da obra com as do atestado; 6. Foi liberada pelo DRC/ART, CAT sem ART de cargo e função comprovando o vínculo do profissional com a Empresa; 7. Divergências entre a descrição da ART com o campo de Atividades e Atestado; 8. CAT com ART registrada após o serviço. 9. CAT liberada nas duas instâncias pela mesma pessoa. (Gerente Operacional)
	Durante a auditoria foram identificados que alguns resultados dos indicadores estão desatualizados a saber: Taxa de liberação de ART fora do prazo (2016 ficou fora da meta); Tempo médio para entrega das CAT sem observação (nenhum valor lançado) e Tempo médio para liberação de ART sem observação
Recomendações	1. Que o colaborador responsável pela atividade, seja orientado pela gerência operacional a utilizar o manual de procedimentos com seus respectivos checklists para as atividades de análise de CAT e ART. 2. Que a gerência operacional coloque em funcionamento as práticas de gestão "Tratamento das reclamações ou sugestões dos clientes" e "Tratamento das solicitações dos clientes." 3. Que seja feita a atualização dos indicadores de desempenho de forma criteriosa e pontualmente no primeiro dia do mês. 4. Que seja criado controle para acompanhamento das certidões com pendência. 5. Que seja criado relatório com possíveis indícios de irregularidade nas ART's e encaminhamento destas informações para gerência de fiscalização.
Exposto os fatos e prontos críticos identificados na auditoria, foram realizadas outras duas reuniões em 16/06/2017 e 23/06/2017, visando sanar as não conformidades.	
06/04/2017 - Setor de Registro Profissional	
Itens	Comentários
Atividades Analisadas	• Em média os registros profissionais demoram 11,79 dias para serem finalizados. • Em média são 72 registros profissionais e 43 vistos solicitados por mês • Anotação de curso/ Inclusão de título - temos uma média de 11,66 solicitações mensais, resultado pesquisado entre os meses de dez/16, jan/17 e fev/17
Não Conformidades	1. Os registros feitos na Inspetoria de Arapiraca têm movimentos repetitivos nos processos, como se Verônica e Mário enviassem o mesmo processo mais de uma vez para eles mesmos; 2. Foi verificado que o Janerson, chefe do setor de Pessoa Física, solicitou que o profissional trouxesse sua carteira antiga para que finalizasse seu cadastro, porque segundo ele, no sistema não informava a escola onde estudou e por causa da poeira não queria ir ao arquivo para pegar a ficha do profissional; 3. Não está sendo feito o levantamento de profissionais devedores de anuidade para enviar as notificações; 4. Sistemas (Sitac e Sic) - que as vezes ficam fora do ar ou muito lentos - nos foi relatado pelo Janerson, Priscila e Alexandre, por exemplo, que o Sic ficou uma



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Indicadores	semana fora do ar no mês de Janeiro; Priscila também nos informou que ontem (10/04/2017) o Sitac ficou muito lento por pelo menos 1h, não se conseguia movimentar nada no sistema; e 5. Documentação - outro problema que pode acarretar a demora do processo também depende da documentação enviada pelo profissional estar correta e em caso de falta de documentos encaminhá-los o mais rápido possível, mas existem profissionais que demoram muito para dar o retorno.
	1. Índice de Reclamações; 2. Índice de Satisfação do Cliente; 3. Índice de Satisfação do Cliente - módulo serviço (geral); 4. Índice de Satisfação do Cliente - módulo serviço (leigo) - sem valor lançado; 5. Índice de Satisfação do Cliente - módulo serviço (profissional); 6. Taxa de registro profissional fora do prazo - fora da meta; 7. Tempo médio para Registro Profissional - fora da meta; e 8. Plano de Ação – Comentários: Implantação do serviço de Atendimento ao Cliente – Plano de ação atrasado, precisa ser revisado e atualizadas as ações que foram ou não realizadas. OBS: Foi verificado que os indicadores estão desatualizados.
Recomendações	1. Que o colaborador responsável pela atividade, seja orientado pela gerência operacional a utilizar o manual de procedimentos com seus respectivos Checklists para as atividades de análise de solicitação de registro profissional; 2. Que a gerência operacional coloque em funcionamento as práticas de gestão "Tratamento das reclamações ou sugestões dos clientes" e "Tratamento das solicitações dos clientes"; 3. Que seja feita a atualização dos indicadores de desempenho de forma criteriosa e pontualmente no primeiro dia do mês; 4. Que seja criado controle para acompanhamento das certidões com pendência; 5. Que seja revisto todo o ciclo de trabalho para liberação do registro profissional; e 6. Que seja criado um banco de dados de respostas rápidas no sistema de atendimento por chat e que todos os colaboradores recebam treinamento no uso da ferramenta de respostas rápidas.
A partir das informações coletadas e expostas ao GOP em 06/04/2017, realizamos mais uma reunião no dia 20/06/2017, objetivando alinhamento das ações e elaboração, por parte do gerente, de um plano de ação.	
12/04/2017 – Setor de Registro de Pessoa Jurídica	
Itens	Comentários
Atividades Analisadas	1. Foram feitos 80 registros em 3 meses, são em média 26 por mês, 1 por dia (pesquisa dos meses de dez/16, jan/17 e fev/17); 2. 16 vistos em 3 meses, 5 por mês; 3. Vistos/registros demoram em média 47,36 dias para serem finalizados. 4. Observando que existem processos com pendências e que muitas empresas demoram para saná-las para dar andamento aos processos, por exemplo, no relatório de Janeiro/2017 retiramos os processos citados pelo Gerente com Pendências e a média de tempo caiu de 96,48 dias para 55,80 dias.
Não Conformidades	Observamos que existem alguns processos que demoram mais por conta da documentação errada anexada pela empresa e na demora do retorno, e também não é



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

dado um prazo pela gerência para resolver o problema como foi combinado e documentado no Fluxograma do Bizagi, onde caso o processo só continuaria aberto aguardando o retorno dentro do ano corrente da solicitação, se passasse para o outro ano ele seria arquivado. Temos processos que demoraram 590 dias aberto até ser finalizado, por exemplo.

Indicadores

Durante a auditoria foram identificados que alguns resultados dos indicadores estão desatualizados a saber:

Índice de Satisfação do Cliente - módulo serviço (empresa) - dentro da meta

Tempo médio para registro/visto de Empresas - fora da meta - Tendência negativa

Recomendações

1. Que o colaborador responsável pela atividade, seja orientado pela gerência operacional a utilizar o manual de procedimentos com seus respectivos checklists para as atividades de análise de solicitação de registro profissional.
2. Que a gerência operacional coloque em funcionamento as práticas de gestão "Tratamento das reclamações ou sugestões dos clientes" e "Tratamento das solicitações dos clientes.
3. Que seja feita a atualização dos indicadores de desempenho de forma criteriosa e pontualmente no primeiro dia do mês.
4. Que seja criado controle para acompanhamento das solicitações de registros com pendência.
5. Que seja revisto todo o ciclo de trabalho para liberação do registro de empresa.
6. Que seja criado um banco de dados de respostas rápidas no sistema de atendimento por chat e que todos os colaboradores recebam treinamento no uso da ferramenta de respostas rápidas.

A Gerência Operacional tem papel relevante no atendimento aos clientes. Foram identificadas necessidades de melhoria nos controles referentes às reclamações dos clientes. São vários os canais disponibilizados, o que é positivo, mas faltam controles sobre todos eles. As recomendações realizadas junto a GOP, com referência aos setores de Registro de Pessoa Física, Jurídica, ART e CAT, não estão sendo atendidas até a data de 27/09/2017, em justificativa o gerente do setor respondeu que essas ações não foram realizadas devido ao seu afastamento do CREA, por motivo de doença, porém havia um substituto que também não deu continuidade.

02/05/2017 - Gerência Financeira e Contábil

Itens

Comentários

Atividades Analisadas

De acordo com Relatório de Auditoria do Confea, conversa com Fernando (responsável pela contabilidade) e Deyse o setor não está lançando as despesas no Sistema da Agenda Financeira. Esta falha provavelmente está auxiliando nos pagamentos em atraso citados nas Auditorias do Confea e verificados em alguns processos no sistema Sitac.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Não Conformidades

1. Proc. 21847745/2016 Implanta - Manutenção do sistema de ponto e manutenção da folha - Processo valores no restos a pagar (R\$ 690,00 e R\$ 1.203,60), valor de adesão não foi citado no contrato mas foi cobrado e o financeiro pagou sem verificar contrato. Segundo o Financeiro a empresa ofereceu período de carência para os pagamentos (que também não foi citado no contrato) e por isso os valores não foram pagos, mas os empenhos não foram cancelados e nem citados no processo.
2. Proc 2184982/2016 - Aquisição de equipamentos de mobiliário - Processo já começou com a solicitação de licitação, não seguiu o fluxograma. Valor de restos a pagar: R\$ 22.588,00. Documentos scanneados de cabeça para baixo e anexados no processo.
3. Proc. 2186619/2016 - Revisão periódica do Renault Fluence QLD 2468 - Restos a pagar: R\$ 480,50 e R\$ 485,20. Processo tem empenhos, notas fiscais mas não tem as baixas.
4. Proc. 2180019/2016 - Imagem Consultoria e Assessoria Ltd - Restos a pagar R\$ 3.990,00, o processo já começou com solicitação de licitação ao contrário do que pede o fluxograma. Na solicitação tem um quadro de valores dos serviços sem citar de onde eles foram tirados, além de ter sido pago valores sem empenho que depois foi consertado no processo. Existe uma solicitação de aditivo de R\$ 16.917,50 que também não teve empenho e disponibilidade a cronologia correta do fluxograma.
5. Proc. 2182662/2016 - Imagem Consultoria - segundo processo referente ao treinamento dos funcionários - Restos a pagar R\$ 29.000,00 - processo não tem solicitação ao setor de compras, não tem justificativa e já começo com termo de referência.

No setor financeiro foi identificado desconformidade dos trâmites de alguns processos, porém as ações e recomendações não foram continuadas, isso devido à outras demandas da Controladoria, ficando previsto para 2018.

13/09/2017 - Realizada a reunião com setor de Dívida Ativa

Atividades Analisadas

1. Verificou-se na Auditoria Interna, com auxilio colaboradora Mauriza, que o setor operacional está realizando as cobranças de Dívida Ativa de forma equivocada, e que isso vem ocorrendo com frequência, apesar dos treinamentos. Diante dos problemas sugeridos em reunião anterior que as devidas cobranças e impressão de boletos fossem realizados somente pelo setor de Dívida Ativa sob a coordenação da mesma.
2. Foram discutidos também as mudanças de procedimentos com a nossa troca de Banco do Brasil para Caixa Econômica com o Gerente Financeiro/Contábil Robson Marabá.
3. Ficou definido que o Gerente Robson Marabá ficar[á] responsável pelas Contas a Pagar e Mauriza (assist. administ. do setor de Dívida Ativa) pelas Contas a Receber.

Recomendações

1. Criar nova estrutura para o Setor de Cobrança de Dívida Ativa com um estagiário para auxiliar a Mauriza no trabalho.
2. Verificar os novos procedimentos com a troca de Banco.

O setor de Dívida Ativa também foi outro auditado e recomendações propostas, porém a Controladoria não conseguiu finalizar, ficando para 2018.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

6. CONCLUSÕES

O Sistema de Gestão do CREA-AI encontra-se em fase de adaptação.

Destaca-se como ponto positivo o fato dos gestores terem conhecimento sobre as ações que estão sendo realizadas para melhorar o atendimento ao cliente e em suprir os requisitos do Modelo de Excelência da Gestão (MEG), bem como os anseios das partes interessadas.

Como oportunidade de melhoria está à necessidade de se manter os registros sobre as ações realizadas e os resultados dos indicadores atualizados constantemente, isso foi constatado em 2016 e em 2017.

De forma geral, são mais aspectos positivos identificados que não conformidades, demonstrando uma mudança significativa na forma de gestão do CREA-AI. Assim como descrito no nome dos instrumentos do MEG, atualmente está no nível Compromisso com a Excelência, demonstrando ter condições e maturidade suficiente para avançar para o próximo nível e seguir Rumo à Excelência.

No que se diz respeito a aplicação de ilícitos administrativos o Conselho em 2017 não identificou atividades ilícitas, apenas problemas de fluxo e atenção aos prazos, porém quando ilícitos acontecem no próprio RI do CREA-AI existe instruções claras para instauração e implantação de uma comissão especial, composta por membros do Conselho, quando se tratar de assuntos envolvendo detentores e ex-detentores de cargos honoríficos, sendo esta subordinada ao Plenário, conforme artigo 166 do RI.

Quando os assuntos forem destinados a apuração de ilícitos administrativos praticados por funcionários do CREA-AI, será montada uma comissão, com 3 membros do quadro efetivo de funcionário, subordinados pela presidência e nomeados pelo presidente. O prazo para funcionamento da comissão será de 90 dias podendo ser prorrogado por igual período, além disso, no processo será assegurando o direito ao contraditório e a ampla defesa.

4.5. Gestão de riscos e controles internos

São tratados todos os riscos identificados durante o processo de Planejamento Estratégico, ou seja, todas as ameaças. Igualmente são identificados os potenciais riscos existentes nos processos de negócio e de apoio.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Para cada um destes riscos são definidos a sua situação inicial com base nos seguintes fatores: Gravidade: gerada pela relação entre a Probabilidade e Impacto, Urgência ou Tendência. De acordo com a classificação do risco são geradas iniciativas que podem ser: Aceitar, Transferir, Prevenir ou Mitigar.

São estabelecidas propostas de ações que devem ser tratadas dentro do prazo definido na análise do risco. Após este prazo o risco é novamente avaliado gerando a sua Situação Final.

4.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

As funções exercidas pelos Administradores e Membros do Colegiado são honoríficas, não acarretando em nenhum tipo de remuneração. Somente quando esses membros necessitam se deslocar para outras cidades ou estados, em virtude de reuniões, workshops, congressos e outros assuntos referentes as atividades do sistema, acarretam em custos com diárias e auxílio transporte para esses deslocamentos. Para tanto, segue abaixo uma planilha que explana o Custo da participação dos membros da Diretoria e Conselheiros:

QUADRO 34 - RELATÓRIO DE DIÁRIAS EM 2017

Relatório de Diárias								
2017								
Tipo de Beneficiário			Qtde. Beneficiários	Qtde. Eventos	Qtde. Diárias	Qtde Aux. Transporte	Valor	
Conselheiro			16	30	85 1/2	16	41.900,15	
Presidente			1	12	25	6	14.360,10	
Total			17	42	110 1/2	22	56.260,25	
Tipo	Beneficiário	Data de Pagamento	Finalidade	Diárias	Valor	Aux. Transporte	Valor	Processo
Presidente	Fernando Dacal Reis	06/02/2017	Custear despesas para participar do FNE e da Frente Parlamentar em Brasília/DF, no período de 8 a 9 de fevereiro de 2017.	3	1.800,00	1	90,00	2188624/2017
Presidente	Fernando Dacal Reis	07/04/2017	Custear despesas para participar da 2ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea e Mútua, em Belém/Pa no período de 10 a 12 de abril de 2017.	2	1.200,00	0	0,00	2189737/2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Presidente	Fernando Dacal Reis	26/04/2017	Custear despesas para participar do Seminário de Campanhas Salariais, em Brasília/DF no dia 18 de abril de 2017.	2	1.200,00	0	0,00	2190547/2017
Presidente	Fernando Dacal Reis	26/04/2017	Custear despesas para participar de audiência com o prefeito de Arapiraca-Al e Palmeira dos Índios-Al, dia 26 de abril de 2017.	1/2	150,00	0	0,00	2190725/2017
Presidente	Fernando Dacal Reis	23/05/2017	Custear despesas para participar do 89º Enic, em Brasília/DF no período de 24 a 26 de maio de 2017.	4	2.400,00	1	90,00	2190893/2017
Presidente	Fernando Dacal Reis	29/05/2017	Custear despesas para participar da 3ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea e Mútua em Aracaju/Se, no período de 31 de maio a 2 de junho de 2017.	3	1.800,00	1	90,00	2191103/2017
Presidente	Fernando Dacal Reis	29/06/2017	Custear despesas para participar de reunião na cidade de Maragogi/Al, no dia 28 de junho de 2017.	1/2	150,00	0	0,00	2192231/2017
Presidente	Fernando Dacal Reis	14/07/2017	Custear despesas para participar da 4ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea e Mútua, em Vitória/Es no período de 30 de julho a 1º de agosto de 2017.	2	1.200,00	1	90,00	2192766/2017
Presidente	Fernando Dacal Reis	20/07/2017	Custear despesas para participar da 4ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea e Mútua, em Vitória/Es no período de 30 de julho a 1º de agosto de 2017.	1/2	300,00	0	0,00	2192421/2017
Presidente	Fernando Dacal Reis	28/07/2017	Custear despesas com estadia em São Paulo/Sp, no período de 12 a 14 de julho de 2017	3	1.800,00	1	90,00	2192421/2017
Presidente	Fernando Dacal Reis	04/08/2017	Custear despesas para participar da 74ª SOEA, em Belém/Pa no período de 8 a 11 de agosto de 2017.	1	600,00	0	0,00	2193166/2017
Presidente	Fernando Dacal Reis	18/12/2017	Custear despesas para participar da 6ª Reunião Colégio de Presidentes em Florianópolis/Sc, no período de 19 a 21 de dezembro de 2017.	3 1/2	1.220,10	1	90,00	2196877/2017
Conselheiro	Alzira Mércia Braga Mota Gomes	14/07/2017	Custear despesas para a funcionária participar da 3ª Reunião Ordinária da CCEAGRO, em Xingó/Al no período de 17 a 19 de julho de 2017.	1 1/2	330,00	0	0,00	2192726/2017
Conselheiro	Alzira Mércia Braga Mota Gomes	08/09/2017	Custear despesas para a conselheira participar do XXX CBA, em Fortaleza/Ce no período de 11 a 15 de setembro de 2017.	4	2.140,00	1	90,00	2193785/2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselheiro	Andre Luiz Lopes Malta	07/04/2017	Custear despesas para participar da 2ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea e Mútua, em Belém/Pa no período de 10 a 12 de abril de 2017.	3 1/2	2.030,00	1	90,00	2189738/2017
Conselheiro	Andre Luiz Lopes Malta	28/07/2017	Custear despesas para participar da 4ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea e Mútua, em Vitória/Es no período de 30 de julho a 1º de agosto de 2017.	3 1/2	2.030,00	1	90,00	2192892/2017
Presidente	André Luiz Lopes Malta	28/08/2017	Custear despesas para visitar terreno da futura sede da Inspeção de Arapiraca/Al, no dia 16 de agosto de 2017.	1/2	150,00	0	0,00	2193620/2017
Conselheiro	André Luiz Lopes Malta	05/12/2017	Custear despesas para participar da 11ª Reunião Ordinária da Comissão Organizadora Nacional da 74ª SOEA em Brasília/Df, dia 4 de dezembro de 2017.	1 1/2	610,05	0	0,00	2196351/2017
Conselheiro	André Luiz Lopes Malta	18/12/2017	Custear despesas para participar da 6ª Reunião Colégio de Presidentes em Florianópolis/SC, no período de 19 a 21 de dezembro de 2017.	3 1/2	1.220,10	1	90,00	2196877/2017
Conselheiro	Charles Mariano Pedrosa de Almeida Filho	14/07/2017	Custear despesas para participar da 3ª Reunião Ordinária da CCEEE em Foz do Iguaçu/Pr no período de 17 a 19 de julho de 2017.	4	2.320,00	1	90,00	2192330/2017
Conselheiro	Cristovam Lins Filho	26/05/2017	Custear despesas para participar da 2ª Reunião Ordinária da CCEEST em Florianópolis/Sc no período de 29 a 31 de maio de 2017.	4	2.320,00	1	90,00	2191096/2017
Conselheiro	Cristovam Lins Filho	10/07/2017	Custear despesas para participar da 3ª Reunião Ordinária da CCEEST em Curitiba/Pr no período de 12 a 14 de julho de 2017.	4	2.320,00	1	90,00	2192153/2017
Conselheiro	Fernando José da Costa Bispo	30/06/2017	Custear despesas para participar da 3ª Reunião Ordinária da CCEGM no Rio de Janeiro/Rj no período de 3 a 5 de julho de 2017.	4	2.320,00	1	90,00	2191996/2017
Conselheiro	Flávio Barbosa de Lima	29/09/2017	Custear despesas para compor a Comissão Especial de Vistoria do prédio do TJAL, de Palmeira dos Índios/Al.	1/2	110,00	0	0,00	2194655/2017
Conselheiro	Guilherme Bastos Lyra	14/07/2017	Custear despesas para a funcionária participar da 3ª Reunião Ordinária da CCEAGRO, em Xingó/Al no período de 17 a 19 de julho de 2017.	1 1/2	330,00	0	0,00	2192726/2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselheiro	José Roberto Medeiros Silva	14/07/2017	Custear despesas para a funcionária participar da 3ª Reunião Ordinária da CCEAGRO, em Xingó/Al no período de 17 a 19 de julho de 2017.	1 1/2	330,00	0	0,00	2192726/2017
Conselheiro	José Roberto Medeiros Silva	08/09/2017	Custear despesas para a conselheira participar do XXX CBA, em Fortaleza/Ce no período de 11 a 15 de setembro de 2017.	4	2.140,00	1	90,00	2193785/2017
Conselheiro	José Ferreira Costa	01/09/2017	Custear despesas para participar da localização das mesas receptoras, das eleições do Sistema Confea/Crea e Mútua, nos municípios de Palmeira dos Índios/Al, Arapiraca/Al, São Miguel dos Campos/Al e Santana do Ipanema/Al no dia 31 de agosto de 2017.	1/2	110,00	0	0,00	2194023/2017
Conselheiro	José Ferreira Costa	16/11/2017	Custear despesas para participar da localização das mesas receptoras/escrutinadoras devido as Eleições do Sistema Confea/Crea/2017 em diversos municípios do estado.	1 1/2	330,00	0	0,00	2195913/2017
Conselheiro	José Marcos Souza Bezerra	14/02/2017	Custear despesas para participar da 640ª Reunião Ordinária da Egrégia Câmara e da 693ª Reunião Ordinária do Plenário realizados na sede deste regional no período de 13 a 14 de fevereiro de 2017.	1	220,00	0	0,00	2188889/2017
Conselheiro	José Marcos Souza Bezerra	24/03/2017	Custear despesas para participar da 640ª Reunião Ordinária da Egrégia Câmara e da 694ª Reunião Ordinária do Plenário realizados na sede deste regional, dia 07 de março de 2017.	1/2	110,00	0	0,00	2189563/2017
Conselheiro	José Marcos Souza Bezerra	26/04/2017	Custear despesas para participar 695ª Reunião Ordinária do Plenário e da 641ª Reunião Ordinária da CEECA realizados na sede deste regional, dias 23 de março e 04 de abril de 2017.	1 1/2	330,00	0	0,00	2190439/2017
Conselheiro	José Reinaldo de Sá Falcão	01/09/2017	Custear despesas para participar da localização das mesas receptoras, das eleições do Sistema Confea/Crea e Mútua, nos municípios de Palmeira dos Índios/Al, Arapiraca/Al, São Miguel dos Campos/Al e Santana do Ipanema/Al no dia 31 de agosto de 2017.	1/2	110,00	0	0,00	2194023/2017
Conselheiro	José Reinaldo Sá Falcão	16/11/2017	Custear despesas para participar da localização das mesas receptoras/escrutinadoras devido as Eleições do Sistema Confea/Crea/2017 em	1 1/2	330,00	0	0,00	2195913/2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

			diversos municípios do estado.					
Conselheiro	José Reinaldo Sá Falcão	11/12/2017	Custear despesas para participar do Processo Eleitoral 2017.	2	440,00	0	0,00	2196613/2017
Conselheiro	Marcelo Daniel de Barros Melo	15/05/2017	Custear despesas para participar da 2ª Reunião Ordinária da CNCE em Brasília/Df no período de 17 a 19 de maio de 2017.	4	2.320,00	1	90,00	2190582/2017
Conselheiro	Marcelo Daniel de Barros	07/07/2017	Custear despesas para participar da 3ª Reunião Ordinária da CNCE em Brasília/Df, no período de 10 a 12 de julho de 2017.	4	2.320,00	1	90,00	2192026/2017
Conselheiro	Marcelo Daniel de Barros Melo	01/09/2017	Custear despesas para participar da localização das mesas receptoras, das eleições do Sistema Confea/Crea e Mútua, nos municípios de Palmeira dos Índios/Al, Arapiraca/Al, São Miguel dos Campos/Al e Santana do Ipanema/Al no dia 31 de agosto de 2017.	1/2	110,00	0	0,00	2194023/2017
Conselheiro	Marcelo Daniel de Barros Melo	16/11/2017	Custear despesas para participar da localização das mesas receptoras/escrutinadoras devido as Eleições do Sistema Confea/Crea/2017 em diversos municípios do estado.	1 / 12	330,00	0	0,00	2195913/2017
Conselheiro	Marcelo Daniel de Barros Melo	11/12/2017	Custear despesas para participar do Processo Eleitoral 2017.	2	440,00	0	0,00	2196613/2017
Conselheiro	Marco Valério Aleluia da Silva	16/11/2017	Custear despesas para participar da localização das mesas receptoras/escrutinadoras devido as Eleições do Sistema Confea/Crea/2017 em diversos municípios do estado.	1 / 12	330,00	0	0,00	2195913/2017
Conselheiro	Marco Valério Aleluia da Silva	12/12/2017	Custear despesas para participar do Processo Eleitoral 2017.	1	220,00	0	0,00	2196613/2017
Conselheiro	Thales de Oliveira Cabral Melo	16/05/2017	Custear despesas para participar da 2ª Reunião Ordinária da CCEEI em Porto Alegre/RS no período de 17 a 19 de maio de 2017.	4	2.320,00	1	90,00	2190938/2017
Conselheiro	Thales de Oliveira Cabral Melo	14/07/2017	Custear despesas para participar da 2ª Reunião Ordinária da CCEEI em Curitiba/Pr no período de 17 a 19 de julho de 2017.	4	2.320,00	1	90,00	2192342/2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselheiro	Valter Leandro Silva Filho	25/05/2017	Custear despesas para participar da 2ª Reunião Ordinária da CCEEC em Macapá/Ap no período de 29 a 31 de maio de 2017.	4	2.320,00	1	90,00	2191097/2017
Conselheiro	Victor Correia Vasconcellos	15/05/2017	Custear despesas para participar da 2ª Reunião Ordinária da CCEEC em Aracaju/Se no período de 17 a 19 de maio de 2017.	4	2.320,00	1	90,00	2190726/2017
Conselheiro	Victor Correia Vasconcellos	19/09/2017	Custear despesas para participar da 3ª Reunião Ordinária da CCEEC em Goiânia/Go no período de 20 a 22 de setembro de 2017.	4	2.320,00	1	90,00	2194215/2017
Conselheiro	Victor Correia Vasconcellos	29/09/2017	Custear despesas para compor a Comissão Especial de Vistoria do prédio do TJAL, de Palmeira dos Índios/Al.	1/2	110,00	0	0,00	2194655/2017
Total por beneficiário								
Conselheiro								
Alzira Mércia Braga Mota Gomes								2.560,00
André Luiz Lopes Malta								6.310,15
Charle Mariano Pedrosa de Almeida Filho								2.410,00
Cristovam Lins Filho								4.820,00
Fernando José da Costa Bispo								2.410,00
Flávio Barbosa de Lima								110,00
Guilherme Bastos Lyra								330,00
José Roberto Medeiros Silva								2.560,00
José Ferreira Costa								440,00
José Marcos Souza Bezerra								660,00
José Reinaldo Sá Falcão								880,00
Marcelo Daniel de Barros Melo								550,00
Marco Valério Aleluia da Silva								4.820,00
Thales de Oliveira Cabral Melo								2.410,00
Victor Correia Vasconcellos								4.930,00
Presidente								
Fernando Dacal Reis								13.360,10

QUADRO 35 - RELATÓRIO DE PASSAGENS EM 2017

Relatório de Passagens



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

2017						
Tipo de Beneficiário			Qtde. Beneficiários	Qtde. Eventos	Qtde. Passagem	Valor
Conselheiro			10	10	32	25.214,62
Presidente			1	4	8	4.581,59
Total			11	14	40	29.796,21
Tipo	Beneficiário	Data de Pagamento	Finalidade	Passagem	Valor	Processo
Presidente	Fernando Dacal Reis	20/03/2017	Pago a Aeroturismo Agência de Viagens LTDA, referente a passagens para o Presidente deste Regional participar da 2ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea e Mútua, em Belém /Pa, no período de 10 a 12 de abril de 2017.	2	1.036,52	2189739/2017
Presidente	Fernando Dacal Reis	30/05/2017	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o presidente deste regional participar do 89º ENIC, em Brasília/Df no período de 24 a 26 de maio de 2017.	2	874,69	2190894/2017
Presidente	Fernando Dacal Reis	20/07/2017	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME referente a passagens para o Presidente deste Regional participar da 3ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea e Mútua, em Aracaju/Se, no período de 31 de maio a 2 de junho de 2017.	2	766,19	2191102/2017
Presidente	Fernando Dacal Reis	20/07/2017	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME referente a passagens para o Presidente deste Regional participar da 4ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea e Mútua, em Vitória/Es, no período de 31 de julho a 2 de agosto de 2017.	2	1.904,19	2192422/2017
Conselheiro	Alzira Mércia Braga Mota Gomes	19/09/2017	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para a conselheira participar do XXX CBA - Congresso Brasileiro de Agronomia, em Fortaleza/Ce no período de 11 a 15 de setembro de 2017.	2	1.386,60	2193785/2017
Colaborador	André Luiz Lopes Malta	20/03/2017	Pago a Aeroturismo Agência de Viagens LTDA, referente a passagens para o vice- presidente deste Regional participar da 2ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea e Mútua, em Belém /Pa, do período de 10 a 12 de abril de 2017.	2	1.036,52	2189740/2017
Conselheiro	André Luiz Lopes Malta	30/08/2017	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o conselheiro participar da 4ª Reunião Ordinária do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea e Mútua em Vitória/Es no período de 30 de julho a 2 de agosto de 2017.	2	1.705,29	2192888/2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselheiro	Charles Mariano Pedrosa de Almeida Filho	20/07/2017 7	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o conselheiro participar da 3ª Reunião Ordinária da CCEEE em Foz do Iguaçu/Pr no período de 17 a 19 de julho de 2017.	2	1.878,39	2192330/2017
Conselheiro	Charles Mariano Pedrosa de Almeida Filho	22/09/2017 7	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o conselheiro participar do Workshop da CCEEE, em São Paulo/Sp no período de 25 a 26 de setembro de 2017.	2	1.131,95	2194026/2017
Conselheiro	Cristovam Lins Filho	14/07/2017 7	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o conselheiro participar da 2ª Reunião Ordinária da CCEEST em Florianópolis/Sc no período de 29 a 31 de maio de 2017.	2	1.261,60	2191096/2017
Conselheiro	Cristovam Lins Filho	14/07/2017 7	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o conselheiro participar da 3ª Reunião Ordinária da CCEEST em Curitiba/Pr no período de 12 a 14 de julho de 2017.	2	1.534,70	2192153/2017
Conselheiro	Cristovam Lins Filho	13/10/2017 7	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o conselheiro participar do Workshop da CCEEST, em João Pessoa/Pb no período de 21 a 22 de setembro de 2017.	2	1.831,19	2194273/2017
Conselheiro	Fernando José da Costa Bispo	20/07/2017 7	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o conselheiro participar da 3ª Reunião Ordinária da CCEGM no Rio de Janeiro/Rj no período de 3 a 5 de julho de 2017.	2	1.150,21	2191996/2017
Conselheiro	José Roberto Medeiros Silva	19/09/2017 7	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o conselheiro participar do XXX CBA - Congresso Brasileiro de Agronomia, em Fortaleza/Ce no período de 11 a 15 de setembro de 2017.	2	1.386,60	2193785/2017
Conselheiro	Marcelo Daniel de Barros Melo	30/05/2017 7	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o conselheiro participar da 2ª Reunião Ordinária da CNCE em Brasília/Df no período de 17 a 19 de maio de 2017.	1	660,80	2190582/2017
Conselheiro	Marcelo Daniel de Barros Melo	30/05/2017 7	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o conselheiro participar da 2ª Reunião Ordinária da CNCE em Brasília/Df no período de 17 a 19 de maio de 2017.	1	546,79	2190582/2017
Conselheiro	Marcelo Daniel de Barros Melo	14/07/2017 7	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o conselheiro participar da 3ª Reunião Ordinária da CNCE em Brasília/Df no período de 10 a 12 de julho de 2017.	2	1.847,50	2192026/2017
Conselheiro	Thales de Oliveira Cabral Melo	30/05/2017 7	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o conselheiro participar da 2ª Reunião Ordinária da CCEEI em Porto Alegre/Rs no período de 17 a 19 de maio de 2017.	2	1.638,60	2190938/2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselheiro	Thales de Oliveira Cabral Melo	20/07/2017 7	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o conselheiro participar da 3ª Reunião Ordinária da CCEEI em Curitiba/Pr no período de 17 a 19 de julho de 2017.	2	1.975,60	2192342/2017
Conselheiro	Valter Leandro da Silva Filho	14/07/2017 7	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o conselheiro participar da 2ª Reunião Ordinária da CCEEE em Macapá/Ap no período de 21 a 31 de maio de 2017.	2	1.898,29	2191097/2017
Conselheiro	Victor Correia Vasconcellos	30/05/2017 7	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o conselheiro participar da 2ª Reunião Ordinária da CCEEC em Aracaju/Se no período de 17 a 19 de maio de 2017.	2	1.077,19	2190726/2017
Conselheiro	Victor Correia Vasconcellos	13/10/2017 7	Pago a Distak Agência de Viagens e Turismo LTDA ME, referente a passagens para o conselheiro participar da 3ª Reunião Ordinária da CCEEC, em Goiânia/Go no período de 20 a 2 de setembro de 2017.	2	1.266,80	2194215/2017
Total por beneficiário						
Conselheiro						
José Reinaldo de Sá Falcão						4.581,59
Alzira Mércia Braga Mota Gomes						1.705,29
André Luiz Lopes Malta						2.741,81
Charles Mariano Pedrosa de Almeida Filho						3.010,34
Cristovam Lins Filho						4.627,49
Fernando José da Costa Bispo						1.150,21
José Roberto Medeiros Silva						1.386,60
Marcelo Daniel de Barros Melo						3.055,09
Thales de Oliveira Cabral Melo						3.614,20
Valter Leandro da Silva Filho						1.898,29
Victor Correia Vasconcellos						2.343,99
Presidente						
Fernando Dacal Reis						4.581,59

4.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

A Auditoria independente é contratada pelo CREA-AI e realizada a cada 3 meses, desde 2013, com o objetivo de analisar as áreas contábil, financeira e administrativa, procedendo da seguinte forma:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- revisão das informações e emissão de parecer sobre os demonstrativos contábeis, orçamentários e financeiros, elaborador nos termos da Lei 4.320/64;
- revisão dos procedimentos financeiros desde as compras e licitações ao efetivo pagamento, sua posição financeira, as receitas e despesas decorrentes das operações;
- avaliação dos procedimento de controle interno, com o objetivo de determinar o grau de adequação e confiabilidade;
- elaboração de relatório de recomendações acerca da natureza Contábil, Fiscal, Orçamentários, Financeira e Operacional, observados nos exames de avaliação dos controles existentes no CREA-AL.

Razão Social: ITIKAWA AUDITORES INDEPENDENTES - EPP

CNPJ: 03.566.241/0001-90.

A empresa tem experiência em auditoria de contas públicas e foi contratada através de processo licitatório, "pregão presencial" pelo valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) com a finalidade de executar, trimestralmente a auditoria independente do CREA-AL.

Foram 04 (quatro) relatórios para a análise de todo o exercício de 2017. O trabalho de auditoria foi realizado nas Áreas: Contábil, Financeira e Administrativa do CREA-AL.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1. Gestão de pessoas

5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

A **estrutura básica** é responsável pela criação de condições para o desempenho integrado e sistemático das finalidades do CREA-AL, sendo composta por órgãos de caráter decisório ou executivo, compreendendo:

I – Plenário;

II – Câmaras Especializadas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

III – Presidência;

IV – Diretoria; e

V – Inspetoria.

Plenário

O Plenário do CREA-AI é o órgão colegiado decisório da estrutura básica que tem por finalidade decidir os assuntos relacionados às competências do Conselho Regional, constituindo a segunda instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição, ressalvado o caso de foro privilegiado.

Câmaras especializadas

A câmara especializada é o órgão decisório da estrutura básica do CREA-AI que tem por finalidade apreciar e decidir os assuntos relacionados à fiscalização do exercício profissional, e sugerir medidas para o aperfeiçoamento das atividades do Conselho Regional, constituindo a primeira instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição, ressalvado o caso de foro privilegiado.

Presidência

A Presidência é o órgão executivo máximo da estrutura básica que tem por finalidade dirigir o CREA-AI e cumprir e fazer cumprir as decisões da Diretoria e do Plenário.

Diretoria

A Diretoria é o órgão executivo da estrutura básica do CREA-AI que tem por finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas.

Inspetoria

A inspetoria é o órgão executivo que representa o CREA-AI no município ou na região onde for instituída e tem por finalidade fiscalizar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

A **estrutura de suporte** é responsável pelo apoio aos órgãos da estrutura básica nos limites de sua competência específica, sendo composta por órgãos de caráter permanente, especial ou temporário compreendendo:

I – comissão permanente;

II – comissão especial; e

III – grupo de trabalho.

Comissão permanente

A comissão permanente é o órgão deliberativo da estrutura de suporte que tem por finalidade auxiliar o Plenário do CREA-AI no desenvolvimento de atividades contínuas relacionadas a um tema específico de caráter legal, técnico ou administrativo.

Comissão especial

A comissão especial é o órgão que tem por finalidade auxiliar os órgãos da estrutura básica no desenvolvendo de atividades temporárias relacionadas a um tema específico de caráter legal, técnico ou administrativo.

Grupo de Trabalho

O grupo de trabalho é órgão de caráter temporário que tem por finalidade subsidiar os órgãos da estrutura básica e da estrutura de suporte por intermédio do estudo de tema específico, objetivando fixar entendimentos e apresentar propostas.

Estrutura auxiliar

A estrutura auxiliar do CREA-AI é responsável pelos serviços administrativos, financeiros, jurídicos e técnicos e tem por finalidade prover apoio para o funcionamento da estrutura básica e da estrutura de suporte, para a fiscalização do exercício profissional e para a gestão do Conselho Regional.

A estrutura auxiliar deve possuir quadro técnico com a finalidade de analisar e emitir pareceres sobre os assuntos submetidos à apreciação dos órgãos da estrutura básica e da estrutura de suporte.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

QUADRO 36 - RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO CREA-AL EM 2017

Relação dos Servidores								
2017								
Nome do Trabalhador	Matrícula	Nº do CPF	Admissão	Demissão	Cargo	Função	Vínculo	Jornada de Trabalho
Abel Santana Nascimento Junior	57	XXX.380.XXX-XX	01/08/1986		AGENTE DE FISCALIZAÇÃO		CLT	30 horas
Afranio Bastos de Medeiros Neto	54	XXX.666.XXX-XX	03/09/2007		ANALISTA DE SISTEMAS	GERENTE DE T.I.	CLT	30 horas
Andre Cesar Battalhini	100	XXX.382.XXX-XX	06/07/2011		ENGENHEIRO AGRONOMO	ASSISTENTE TÉCNICO	CLT	30 horas
Breno das Neves Silva	89	XXX.607.XXX-XX	01/06/1996		ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		CLT	30 horas
Bruna Karine Mauricio da Silva	179	xxx.636.xxx-xx	01/08/2016		ESTAGIÁRIA			30 horas
Carlos Eduardo Gomes Ribeiro	166	XXX.477.XXX-XX	05/01/2015		GERENTE DE INFRAESTRUTURA		CLT	30 horas
Carlos Vinicius Firmino Ferro	165	XXX.646.XXX-XX	05/01/2015		ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO		CLT	30 horas
Cicero Nascimento Borges	48	XXX.850.XXX-XX	01/04/1985		AGENTE DE FISCALIZAÇÃO		CLT	30 horas
Cisneide Ferreira Vilela Borges	59	XXX.758.XXX-XX	01/10/1986		ANALISTA ADMINISTRATIVO		CLT	30 horas
Cristiano Ricardo da Silva Santos	126	XXX.877.XXX-XX	01/09/2004		AGENTE DE FISCALIZAÇÃO		CLT	30 horas
Danielle Ferro de Moura Sales	167	XXX.535.XXX-XX	02/02/2015		ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO		CLT	30 horas
Dayvid Antunes da Rocha	92	XXX.322.XXX-XX	01/04/2011		ANALISTA ADMINISTRATIVO	CHEFE DE PATRIMONIO E TRANSPORTES	CLT	30 horas
Debora Margarida Domitila de Moura F.	187	xxx.379.xxx-xx	02/05/2017		ESTAGIARIA			30 horas
Denise Silva dos Santos	141	XXX.441.XXX-XX	01/12/2005		ANALISTA ADMINISTRATIVO		CLT	30 horas
Denyse Chagas Alves de Oliveira	114	XXX.941.XXX-XX	01/05/2012		COORDENADORA DE FISCALIZAÇÃO		CLT	30 horas
Deyse Maria Cavalcante Azevedo	122	XXX.624.XXX-XX	08/03/2013		ANALISTA ADMINISTRATIVO		CLT	30 horas
Fernanda Fernandes da Costa Cavalcante	164	XXX.458.XXX-XX	14/01/2015		GERENTE DE RECURSOS HUMANOS		CLT	30 horas
Francisco Abilio Alves	43	XXX.263.XXX-XX	01/06/1984		AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		CLT	30 horas
Francisco Alexandre Pontes Marinho	129	XXX.832.XXX-XX	01/10/2004		ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GERENTE OPERACIONAL	CLT	30 horas
Genivaldo de Farias Matos	60	XXX.598.XXX-XX	01/10/1986		AGENTE DE FISCALIZAÇÃO		CLT	30 horas
Givaldo Aredes Ramos	51	XXX.783.XXX-XX	01/09/1985		MOTORISTA		CLT	30 horas
Guilherme Correia Laurindo M. Vieira	80	XXX.588.XXX-XX	01/03/2011		ANALISTA DE SISTEMAS		CLT	30 horas
Gustavo Henrique dos Santos Cavalcante	170	XXX.569.XXX-XX	01/03/2015		ESTAGIÁRIO		EST	30 horas
Irineu Teodosio da Silva Junior	64	XXX.375.XXX-XX	01/05/1987		AGENTE DE FISCALIZAÇÃO		CLT	30 horas
Jacilda Gomes dos Santos	71	XXX.008.XXX-XX	15/01/1988		ANALISTA ADMINISTRATIVO	CHEFE DE GABINETE	CLT	30 horas
James Wilton Wanderley Martins	78	XXX.359.XXX-XX	01/03/1989		AGENTE DE FISCALIZAÇÃO		CLT	30 horas
Janerson Charles Pereira de Lima	102	XXX.929.XXX-XX	21/07/2011		ANALISTA ADMINISTRATIVO	CHEFE DE P.F.	CLT	30 horas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Jhoyce Natiallys dos Santos Gomes	168	XXX.339.XXX-XX	02/03/2015		ESTAGIÁRIA		EST	30 horas
Jonathan Silva	148	XXX.242.XXX-XX	24/09/2014		ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		CLT	30 horas
Keylanny Kalyny da Silva Nascimento	145	XXX.228.XXX-XX	03/05/2014		ASSISTENTE		CLT	30 horas
Krys Emelly Maria da Silva	151	XXX.148.XXX-XX	03/11/2015		ESTAGIÁRIA		EST	30 horas
Larissa Fabiany Soares de Oliveira	169	XXX.978.XXX-XX	16/03/2015		ASSISTENTE		CLT	30 horas
Larissa Silva de Oliveira	173	XXX.707.XXX-XX	01/04/2015		ESTAGIÁRIA		EST	30 horas
Lhayse Chagas Alves	135	XXX.889.XXX-XX	17/05/2005		ANALISTA ADMINISTRATIVO	GERENTE FINANCEIRA CONTÁBIL	CLT	30 horas
Lucélia Quintino Leite	174	XXX.703.XXX-XX	01/07/2015		ANALISTA ADMINISTRATIVO		CLT	30 horas
Luciano Alves de Souza	132	XXX.032.XXX-XX	01/03/2005		AGENTE DE FISCALIZAÇÃO		CLT	30 horas
Marcos Diego Bento Pimentel	90	XXX.731.XXX-XX	21/03/2011		ANALISTA ADMINISTRATIVO		CLT	30 horas
Mario Soares de Barros Junior	117	XXX.797.XXX-XX	08/06/2012		ANALISTA ADMINISTRATIVO		CLT	30 horas
Mauriza Almeida Santos	131	XXX.672.XXX-XX	01/08/1989		ANALISTA ADMINISTRATIVO		CLT	30 horas
Nina Katia Sampaio de Rossiter	147	XXX.681.XXX-XX	03/09/2007		ASSESSORA TÉCNICA		CLT	30 horas
Niradelson Salvador da Silva	161	XXX.827.XXX-XX	05/01/2015		SUPERINTENDENTE		CLT	40 horas
Priscila de Oliveira Silva de Sousa	104	XXX.166.XXX-XX	03/10/2011		ANALISTA ADMINISTRATIVO	CHEFE DE P.J	CLT	30 horas
Rafael Helvis Vanderley da Silva	98	XXX.713.XXX-XX	05/07/2011		AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	GERENTE DE FISCALIZAÇÃO	CLT	30 horas
Roberto Carlos Pontes	67	XXX.329.XXX-XX	04/08/1987		ADVOGADO	ASSESSOR JURÍDICO	CLT	30 horas
Robson Maraba Santos	162	XXX.772.XXX-XX	05/01/2015		CONTROLADOR		CLT	30 horas
Susana Carlos de Oliveira Silva	99	XXX.022.XXX-XX	06/07/2011		ENGENHEIRA CIVIL	ASSISTENTE TÉCNICO	CLT	30 horas
Taissa da Silva Temoteo	138	XXX.157.XXX-XX	07/04/2014		ASSISTENTE		CLT	30 horas
Veronica Malaquias dos Anjos	134	XXX.143.XXX-XX	01/04/2005		ANALISTA ADMINISTRATIVO		CLT	30 horas

5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

As despesas detalhadas com o quadro de funcionários do Conselho estão disponíveis no anexo I deste relatório.

QUADRO 37 - DESPESAS COM PESSOAL

Tipologias/ Exercícios		Venciment os e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercício s	2017	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

	2016	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	1.642.569,66	0,00	239.514,24	68.990,65	238.665,00	90.720,00	0,00	0,00	0,00	
	2016	1.833.394,16	0,00	193.275,48	0,00	137.068,00	86.600,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
	2016	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	650.221,12	0,00	0,00	27.677,00	90.666,00	36.650,00				
	2016	543.307,96	0,00	839,16	0,00	53.482,00	26.400,00	00,00	0,00	00,00	
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
	2016	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
	2016	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há

5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Verificou-se, na estrutura de pessoal do CREA-AL um grande esforço no sentido de mudar do antigo modelo do PCCS para um modelo que possibilite delimitar as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes a cada cargo e função desempenhada dentro do Conselho, bem como regulamentar a mobilidade entre as funções dentro do mesmo cargo. Seguramente um dos pontos mais importantes para esse cumprimento é estabelecer política salarial justa e competitiva com base nos fatores internos e elaborar normas que assegurem um tratamento equitativo e determinar os valores relativos dos cargos, estabelecendo um equilíbrio interno sem distorções salariais, de acordo com as referências de outros CREA'S.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Para a readequação do PCCS de 2012 do CREA-AL foi constituído uma comissão, que elaborou um relatório com sugestões de mudança com base na análise técnica do modelo, o que evidenciou a necessidade de adequar algumas mudanças e melhorias no plano.

Para a discriminação ocupacional de cada cargo, foram revisados os descritivos de função do PCCS de 2012 com as pessoas que ocupavam as funções e levantadas as novas funções que foram criadas após 2015, de forma a viabilizar o detalhamento de todas as tarefas e responsabilidades de cada cargo.

Para a definição ocupacional de cada cargo, foram revisados os descritivos de funções do PCCS de 2012 com as pessoas que ocupavam as funções e levantadas as novas funções que foram criadas após 2009, de forma a viabilizar o detalhamento de todas as tarefas e responsabilidades de cada cargo.

Da análise do Plano de Cargos, Carreiras e Salários vigente no CREA-AL, e dos seus normativos complementares, resultou a identificação de uma série de problemas estruturais e desconformidades na aplicação que acarretaram na ineficácia do referido Plano, a saber:

- a) Distinção entre cargos com atribuições muito semelhantes;
- b) Distinção entre cargos que têm exigências operacionais idênticas;
- c) Descrição extremamente restritiva das atribuições/atividades de cargos;
- e) Deficiência no processo de Progressão Funcional; e
- f) Tabela salarial extensa, com quantidade excessiva de padrões, e falta de direcionamento para evolução na carreira.

Os cargos foram delineados sob a abordagem do cargo amplo e contemplam, de forma genérica, as atividades desenvolvidas pelos cargos hoje existentes, observando-se, rigorosamente, o nível de formação exigido e suas atribuições essenciais. Vale frisar que não houve transformação de cargo, e, portanto, não ocorreu infringência do preceito constitucional sobre a seleção pública.

Esta abordagem segue uma tendência que propicia à organização maior sinergia com a utilização flexível das competências e habilidades dos empregados, agilizando os processos de trabalho e enriquecendo seus resultados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Para o empregado, enseja mais oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, tornando-se um fator motivacional no trabalho. A opção pelos cargos amplos deu-se principalmente pela flexibilidade e mobilidade na alocação dos empregados para o desenvolvimento das atividades laborais.

As atividades e os serviços de competência do CREA-AL são respaldados em conhecimentos e experiências de diferentes profissões, sendo necessária, então, uma profunda ação interdisciplinar, de modo que se possa executá-los com eficiência e eficácia. Em razão disso, a definição de ocupações para os cargos visa orientar a atuação dessas profissões no âmbito do CREA-AL.

As descrições e especificações dos cargos e funções constituem-se no registro formal das tarefas e requisitos para sua execução.

Progressão funcional é o crescimento do empregado, de um padrão para outro, na tabela salarial, mantido o cargo em que foi enquadrado quando do seu ingresso no CREA-AL ou quando do seu re enquadramento no novo PCCS.

A progressão funcional deverá ocorrer em todo ano ímpar, a cada dois anos à partir de 2017, com base na avaliação de desempenho, conforme critérios estabelecidos em normativo específico, condicionada à necessária dotação orçamentária.

A partir deste novo PCCS, com a previsão formal as progressões serão por **merecimento** com avanço de 1 (um) Nível Salarial para cada promoção obtida, através da Avaliação de desempenho anual.

O empregado das categorias que exigirem curso médio completo (escolaridade) para a sua admissão, ao completar 21 (vinte e um) anos de serviço efetivo no CREA/AL será automaticamente enquadrado no nível imediatamente superior ao que ocupava anteriormente, independentemente de possuir curso superior.

5.1.4. Contratação de mão de obra temporária

Os contratos temporários celebrados no ano de 2017 estão dispostos nos quadros 37 e 38, contudo é necessário salientar que devido à falta de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, por parte da empresa CGTK Serviços e Empreendimentos LTDA, CNPJ 09.593.949/0001-17, objeto do contrato 01/2015 e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

aditivado em 2016 por mais 12 meses, houve a rescisão em 15/02/2017, conforme consta na fl. 8 do processo 2188998/2017.

Devido à rescisão, o Conselho teve de contratar, de maneira emergencial, outra empresa para prestar os serviços de limpeza e higiene, por um prazo de 180 dias, sendo assim, foi firmando o contrato 01/2017, com a empresa Pronto Serviços Gerais LTDA EPP, CNPJ 17.570.975/0001-58, até a data de 19/08/2017.

QUADRO 38 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA														
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2015	L	O	02/2015	09.593.949/0001-17	01/09/2015	15/02/2017	2							E
2016	V	O	01/2016	17.428.731/0166-43	06/01/2016	05/01/2018			1					P
2017	L	E	01/2017	17.570.975/0001-58	20/02/2017	19/08/2017	1		1					E
2017	L	O	20/2017	11.874.834/0001-42	15/08/2017	14/08/2018	1		2					A
LEGENDA: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte: Contrato para prestação de serviço

QUADRO 39 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Situação em 31/12/2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2015	9	O	02/2015	09.593.949/0001-17	01/09/2015	31/08/2016	2						E
2016	1	O	01/2016	17.428.731/0166-43	06/01/2016	05/01/2018			1				P
2017	9	E	01/2017	17.570.975/0001-58	20/02/2017	19/08/2017	1		1				E
2017	9	O	20/2017	11.874.834/0001-42	15/08/2017	14/08/2018	1		2				A

LEGENDA:

Área:

1. Segurança;

2. Transportes;

3. Informática;

4. Copeiragem;

5. Recepção;

6. Reprografia;

7. Telecomunicações;

8. Manutenção de bens móveis;

9. Manutenção de bens imóveis;

10. Brigadistas;

11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;

12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Contrato para prestação de serviço

5.2. Gestão da tecnologia da informação

5.2.1. Principais sistemas de informações

Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

O plano estratégico de TI para o ano de 2017 focou na consolidação e atualização do sistema de gestão estratégica e de apoio à tomada de decisões.

Este sistema monitora todos os indicadores de desempenho (operacionais e estratégicos), planos de ação e metas associadas a ele. O sistema também permite que cada gestor crie painéis de gestão à vista que são atualizados em tempo real na medida em que os resultados são anotados. Esta ação é derivada do objetivo estratégico “Consolidar o Modelo de Excelência da Gestão”.

Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O CREA-AI não possui comitê gestor de TI.

Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

2011: RUBI/HONDA Controlar e registrar todas as atividades da Gerência de RH e Departamento de pessoal como folha de pagamento e ponto digital. Responsável pela unidade: Fernanda Fernandes – Gerente de RH

1995: SISCONT Controlar e registrar todos os processos das áreas financeira/contábil. Contabilidade, fluxo de caixa, contas a pagar e receber. Responsável pela Unidade: Robson Maraba Santos – Gerente Financeira

1995: SG – Patrimônio e Almoxarifado – Compras e contrato Controlar e registrar movimentação patrimonial, solicitação de material de almoxarifado, compras e contratação de serviços. Responsável pela Unidade: Carlos Eduardo Gomes Ribeiro – Gerente de Infraestrutura

2015: SITAC Controlar e registrar todos processos das áreas finalísticas do CREA-AI como: atendimento ao profissional/empresa, Anotação de responsabilidade técnica, fiscalização, protocolo, acervo técnico, emissão de certidões, registro de profissionais, empresas e leigo. Responsável pela Unidade: Afrânio Bastos – Gerente de TI

2015: GPWeb Controlar as práticas gerenciais de acordo com os critérios do MEG. É utilizado para gerenciamento do planejamento estratégico, indicadores de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

desempenho, plano de ação, metas, não conformidades e registro de atas de reunião.

Responsável pela Unidade: Afrânio Bastos – Gerente de TI

1999: Portal Internet Realiza toda a divulgação institucional do Conselho. Responsável pela Unidade: Afrânio Bastos – Gerente de TI

2011: Firewall Gerencia e monitora os acessos internos e externos realizados pela internet. Responsável pela Unidade: Afrânio Bastos – Gerente de TI

2010: Antivírus corporativo Protege os computadores contra ataques de vírus. Responsável pela Unidade: Afrânio Bastos – Gerente de TI

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Gestão de Redes Microsoft

20410 - Instalação e Configuração do Windows Server 2012

20411 - Administração do Windows Server 2012

20412 - Configuração de Serviços Avançados do Server 2012

Gestão de Processos

Curso de Formação de Especialista em Análise de Processos

Curso de Modelagem e Simulação de Processos

Curso de Automação de Processos para Profissionais de BPM, com BIZAGI

Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Quantitativo de pessoal de TI – 02 Analistas de sistemas - Efetivos

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

1. *Processo Gerencial: Identificação das necessidades de informações para operar e gerenciar a organização.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Descrição: A identificação das necessidades das informações estratégicas e operacionais e seu tratamento é realizada continuamente, desde 2013, e sob responsabilidade da Gerência de Tecnologia da Informação, por meio da análise dos indicadores, demandas, planos de ação, pesquisas com partes interessadas, relatórios de auditoria e legislação que afeta o sistema Confea/Crea, todos monitorados nos ambientes interno e externo. Com base nas necessidades identificadas nessa análise, a informação é estruturada e criada uma demanda para empresa fornecedora do software corporativo, caso a informação não esteja disponível no sistema por meio de relatórios gerenciais. A saída da informação é adequada à demanda, podendo ser na Intranet, relatório impresso, arquivos para sistemas externos, online, CD e e-mail.

Aperfeiçoamento Recente: Todo o sistema de informação, relativo as atividades finalísticas do CREA-AI, foi atualizado em fevereiro de 2015. Em novembro de 2015 foi implantado sistema de gestão estratégica (GPWeb) que substituiu planilhas em Excel. Com a implantação do GPWeb foi possível melhorar os controles sobre as demandas solicitadas, tendo em vista que as atas das reuniões, planejamento estratégico, práticas de gestão, riscos, entre outras atividades gerenciais, passaram a ser registradas neste ambiente permitindo um acompanhamento mais efetivo sobre as demandas solicitadas bem como a identificação dos relacionamentos existentes entre eles. Outra melhoria implementada em 2016 foi implantado o Sistema de Atendimento Online onde foi possível identificar as necessidades de informações e sistemas para os clientes. Além disso o sistema disponibiliza uma pesquisa qualitativa e quantitativa dos atendimentos realizados.

Proatividade: A identificação e tratamento contínuo das necessidades de informações garante a proatividade necessária para que os sistemas estejam atendendo as demandas identificadas pelos colaboradores do CREA-AI. Além disso a Gerência de Tecnologia da Informação está sempre



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

atuando junto aos gestores com o propósito de melhorar e disponibilizar as informações necessárias e suficientes para a tomada de decisão baseadas em fatos e dados.

Agilidade: Toda solicitação de necessidade de nova informação é registrada imediatamente no sistema Redmine. Por meio deste registro é possível acompanhar o andamento do pedido junto ao fornecedor, garantindo o atendimento da solicitação de acordo com a criticidade e urgência.

Abrangência: A prática abrange todas as partes interessadas, em especial os colaboradores do CREA-AI e também os clientes, que podem demandar necessidades adicionais de informações para a prestação dos serviços do CREA-AI.

Interrelacionamento: A identificação das necessidades de informações possui uma interrelação com todas as práticas de atendimento aos requisitos legais, uma vez que é por meio do uso dos sistemas informatizados, em especial o Sitac, que o CREA-AI operacionaliza as suas atividades e garante o atendimento a estes requisitos.

2. *Processo Gerencial: Disponibilização dos principais sistemas de informação para apoiar a operação e o gerenciamento da organização.*

Descrição: No CREA-AI, desde 2013, todas as atividades operacionais e gerenciais são suportadas por sistemas de informação. No âmbito interno das atividades operacionais, a disponibilidade acontece principalmente pelo sistema SITAC que gerencia os processos de negócio. Na versão atualmente em uso é possível alimentar o sistema com “workflow” e regras predefinidas para automatizar rotinas administrativas que não necessitam de análise humana. As atividades gerenciais e estratégicas são trabalhadas pelo sistema GPWeb que é alimentado pelo corpo de gerentes com informações sobre os andamentos dos projetos, indicadores de desempenho, atas de reuniões, não conformidades e demandas das partes interessadas. Os painéis de gestão à vista também é um



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

produto desse sistema. Há ainda os sistemas para operação dos processos meio como: contabilidade, folha de pagamento e controle patrimonial. Todos os sistemas são desenvolvidos por empresas terceirizadas e especialistas nos tipos de desenvolvimento em uso. As alterações e melhorias geradas são instaladas previamente em um ambiente de testes para a homologação das mudanças. Após aprovado os sistemas são disponibilizados para os usuários.

Resultados Associados: Taxa de disponibilidade Sistema online (SITAC); Velocidade de acesso; Tempo para Resolução de BUG (Sitac);

Interrelacionamento: Os usos dos sistemas disponibilizados são inter-relacionados entre as diversas práticas e processos do CREA-AL, possibilitando que as rotinas sejam enviadas via sistema para serem continuados em outros processos. Um exemplo é a Emissão da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, processo iniciado pelo cliente, sendo gerado um boleto para o pagamento, que deve ser dado baixa pelo setor financeiro, liberando para o setor de atendimento a análise desta ART que, estando dentro das atribuições do profissional, é liberado a ele para que faça a impressão pelo site onde realizou a solicitação.

Aperfeiçoamento Recente: Em 2015 todos os processos em papel passaram para o meio digital, agilizando os trâmites. Em 2014 o sistema contábil financeiro foi também disponibilizado pela web que facilitou o trabalho dos colaboradores quando não estão presentes no Crea AL, desde que o acesso seja realizado no horário preestabelecido.

Em 2016 o acervo Anotação de Responsabilidade Técnica foi totalmente digitalizado e disponibilizado por meio de um sistema específico para as consultas.

3. *Processo Gerencial: Manutenção da segurança das informações.*

Descrição: O CREA-AL mantém a segurança das informações na infraestrutura e nos sistemas de TI, desde 2013, por meio da sua política de segurança da informação onde tem como objetivo principal fornecer diretrizes e normas para



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

a proteção e segurança dos ativos de informação da empresa, garantindo sua confidencialidade, integridade, disponibilidade, legalidade e auditabilidade. Os principais tópicos abordados pela Política da Segurança são:

Política de Uso da Intranet

Política de Uso de Senhas

Política de Uso da Internet Política de Uso de E-Mail

Política de Aquisição de Software

Política de Computação Móvel e Trabalho Remoto

Política de Recursos para Desenvolvimento, Testes e Produção

Política de Desenvolvimento de Sistemas

Política de Monitoramento

Política de Manutenção

Política de Aquisição de Hardware Infrações,

Penalidades e Responsabilidades

Entre outros tópicos necessários para a garantia da segurança das informações.

Controle: O cumprimento das definições da Política de Segurança é realizado por meio de verificações rotineiras e acompanhamento de arquivos de log que registram possíveis desvios no uso dos sistemas. A instalação do Firewall Sonicwall Comprehensive Gateway Security Suite Bundle for the TZ 205 Series previne o uso ou acesso indevido a sites que possam conter assuntos ou materiais impróprios para o dia a dia das atividades desenvolvidas no CREA-AI.

Aperfeiçoamento Recente: Em 2015 foi incluído na regra de diretiva de grupo da rede interna do CREA-AI, a função de travamento automático da área de trabalho após 20 minutos de inatividade da máquina. Esta função visa garantir que pessoas estranhas ao CREA-AI tenham acesso à rede em computadores deixados com sua tela em aberto.

Complemento: Destacar os métodos de segurança de informação, utilizados para buscar assegurar a atualização, confidencialidade, integridade das informações e a disponibilidade das informações. Os principais métodos de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

segurança de informação utilizados pelo CREA-AI para assegurar cada um dos seguintes itens são:

Atualização: uma situação que pode ser considerada como diferencial na gestão do CREA-AI é o alto nível de informatização dos processos. Isso faz com que as atualizações das informações sejam constantes e já incorporadas na rotina diária dos colaboradores. Os sistemas armazenam e, por consequência, disponibilizam as informações praticamente em tempo real de tudo o que está sendo tramitado e realizado.

Confidencialidade: o acesso aos diferentes sistemas utilizados é garantido por níveis de permissão de acordo com as responsabilidades e autoridades definidas para cada um dos cargos. Os dados e informações são resguardados e disponibilizados a quem possui a necessidade de ter acesso.

Integridade: Os sistemas utilizados para a gestão dos processos são desenvolvidos atendendo as necessidades das áreas usuárias, visando guardar as informações pertinentes para cada situação. A Gerência de TI acompanha o desempenho dos servidores visando garantir que o processamento utilizado seja compatível com a demanda dos usuários. Quando são identificadas demandas que venham a se aproximar do nível máximo possível, são realizadas melhorias no parque de máquinas.

Disponibilidade: Por meio de rotinas de backup e espelhamento de máquinas, o CREA-AI consegue garantir a disponibilidade dos seus dados e recuperá-los com rapidez, a fim de que suas atividades sejam afetadas o mínimo possível. Este é um item considerado crítico para a gestão, tendo em vista a alta informatização existente nos processos.

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Respondido na questão 1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

O CREA-AI atualmente não dispõe de infraestrutura para manter uma equipe para desenvolvimento interno dos sistemas de TI necessários ao funcionamento da organização. Para mitigar a atual dependência, o CREA-AI e outros Creas de menor porte através de seus presidentes, negociam junto ao CONFEA que a tecnologia hoje usada seja desenvolvida de forma conjunta de forma integrada entre os componentes do sistema CONFEA/CREA. Atualmente existe no Conselho Federal estudos para aquisição do código fonte do principal sistema de informação que serve a maioria dos Creas do Brasil.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O Conselho pretende neste item destacar as ferramentas e recursos disponibilizados para medir o nível de receptividade dos seus serviços aos profissionais abrangidos pelo sistema Confea/CREA e ao público em geral, pois este se torna beneficiários das ações do CREA, principalmente em relação a área da fiscalização. Além disso, procurou-se analisar a evolução alcançada na área da comunicação de 2016 a 2017.

6.1. Canais de acesso do cidadão

Atualmente, o CREA-AI tem buscado criar os mais diversos canais de comunicação para levar ao profissional (clientes) e a sociedade informações de seus interesses. Por meio do site institucional; mídias sociais (facebook, instagram, whatsapp, twitter); e-mail marketing e o apoio das mídias espontâneas (concessões gratuitas nos veículos de comunicação) estamos sempre gerando conteúdo e interagindo com os alagoanos.

Assuntos como palestras proporcionadas aos profissionais; ações da fiscalização; oportunidades de emprego; reuniões que beneficiam as partes interessadas e outros temas, são pautados e divulgados, primeiramente, de maneira integrada nas mídias institucionais.

QUADRO 40 - PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores 2017	
Mídia espontânea veiculada	91 inserções



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Notícias publicadas site institucional	137 textos
Páginas visitadas	160.057 visitas
E-mails enviados SITAC	462 e-mails

Além de promover essa comunicação institucional, os clientes e demais componentes da sociedade podem se informar no site do Crea Alagoas (www.CREA-AL.org.br) sobre os serviços técnicos oferecido pela instituição, como a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), receituário agrônômico, boletos de anuidade, dúvidas, denúncias e sugestões de melhorias, por meio do Sistema de Informações Técnicas Administrado do Crea (Sitac), a plataforma de Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Consumidor (SIC).

Em 2017 ampliamos a forma de se comunicar com o nosso cliente. Iniciamos a produção de conteúdo audiovisual por meio da TV Crea. O quadro Minuto Crea, transmitido através do site, Youtube, Facebook, Instagram, Whatsapp e agora o Twitter, virou uma produção semanal, destacando as principais ações da entidade.

A transmissão *online* das plenárias e palestras como o Papo no Mirante começaram a acontecer desde maio de 2017. Todo este conteúdo pode ser encontrado no canal do Youtube da CREA-AL.

Em meados do ano passado, foi realizada uma licitação para a contratação de uma empresa de publicidade. Utilizando a linha de crédito do Prodesu, por meio do Prodacom, inserimos campanhas em todo o Estado de valorização profissional e iniciamos o planejamento das peças de anuidades 2018. Ainda com a agência, trabalhamos a campanha para o processo eleitoral do Sistema Confea/Crea, que ocorreu em 15 dezembro.

A adesão da agência de publicidade deu um salto de qualidade nas produções do marketing institucional. Com o objetivo de medir os avanços de comunicação com os profissionais do Sistema Confea/Crea, realizamos uma pesquisa – em abril de 2017 – de satisfação antes do início dos trabalhos. No fim do contrato com a agência, marcado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

para o maio de 2018, outra pesquisa irá constatar o crescimento de profissionais e avaliação em nossos canais de comunicação.

Práticas de gestão

Assessoria de Comunicação do CREA-AI elaborou, em 2015, um relatório contendo práticas de gestão, padronizando a disseminação das atividades desenvolvidas, principalmente no objetivo de pautar outros veículos de comunicação (mídia espontânea), informando conseqüentemente, o nosso corpo de profissionais.

Após ter conhecimento do fato, é iniciada a fase da apuração e produção do texto ou material publicitário. Ao finalizar o conteúdo, começa-se a trabalhar as mídias institucionais. A informação precisa correr rápida – principalmente no mundo virtual – provocando a interação do cliente.

As mídias sociais (Facebook, Instagram Twitter e LinkedIn), na maioria das vezes, são as trabalhadas diariamente. O próximo passo é a construção de uma matéria mais detalhada, com todos os elementos: chapéu (retranca), título, subtítulo, texto, foto e legenda. Este material vai para o portal do CREA-AI. Dependendo da relevância, pode até ser inserido no randômico do site.

O E-mail Marketing (Sitac) é uma poderosa ferramenta de comunicação para o profissional registrado. O envio do texto ou material publicitário para os mais de 8 mil e-mails cadastrados é uma forma de conseguir buscar ser mais íntimo do cliente. Portanto, se o assunto for de interesse conjunto, por exemplo: palestras; acordos de renegociação e informes sobre novidades para a categoria, esta ferramenta é fundamental.

O whatsapp é trabalhado, em sua predominância, com imagens (peças publicitárias). A informação precisa chegar aos grupos profissionais de engenheiros, técnicos, agrônomos e de empresas ligadas ao Conselho. Operando no envio destas mensagens temos um grupo de mobilização – colaboradores do conselho – preparado para disseminar o conteúdo. Esta ferramenta é muito utilizada na divulgação de eventos ou informes do Conselho.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Com todas as mídias da casa sincronizadas com a informação, o próximo passo é trabalhar a imprensa, conhecida como mídia espontânea. Ela é a vitrine das ações. O texto em nosso portal serve de release. Por meio de um mailist, o release é enviado para as redações dos principais meios de comunicação de Alagoas e do Confea.

Dependendo da relevância da pauta proposta aos meios de comunicação, é realizada uma ligação para a redação do veículo visando reforçar a importância da publicação.

Semestralmente, acontece a produção de uma revista de informações e do informativo CREA-AL. É através deste material impresso e, disponibilizado digitalmente no site, que ocorre a prestação de contas das principais atividades realizadas pela atual diretoria da entidade.

6.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A partir da pesquisa de satisfação realizada pelo CREA-AL com os profissionais usuários do sistema, foi aberto um espaço para os mesmos deixarem suas opiniões a respeito dos serviços executados pelo Conselho.

O trabalho começou no segundo semestre de 2015. Por meio de um questionário disponibilizado pelo Sitac, onde 297 profissionais habilitados pelo Crea externaram críticas, sugestões, elogios quanto ao setor de atendimento da instituição. Ao todo foram 89 críticas, 122 elogios e 86 sugestões. Temas relacionados a ART, anuidade, sitac, Certidão de Acevo Técnico (CAT), inspetorias, fiscalização foram abordados.

Como planejado, em 2016 iniciamos a segunda etapa do processo melhoria em dos serviços. No dia 23 de maio de 2016, o colaborador do departamento de pessoa física ficou encarregado de retornar, por meio de ligação e e-mails, aos participantes da pesquisa de satisfação sobre os questionamentos enviados em 2015.

Até o dia 10 de junho de 2016 foram contatados 175 profissionais. O contato ocorreu no horário das 13:00 às 15:00, de segunda a sexta. Em alguns casos, quando o profissional não é localizado por telefone, utilizamos o e-mail. O serviço foi concluído em 22 de junho de 2016.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Em 2017, outro funcionário lotado na gerência operacional ficou responsável pelo levantamento dos dados disponibilizados por meio da pesquisa de satisfação, referente ao citado ano, e concluída em 21 de dezembro de 2017. O estudo seguiu os moldes de 2016, também foram entrevistados 175 profissionais, e foram identificados que 5,71% (10) dos entrevistados ainda desconhecem os recursos disponíveis no ambiente do profissional, isso indica um aumento se comparado com o resultado de 2016 (1,71%).

Ainda segundo a pesquisa, outro item que merece destaque foi relacionado ao preenchimento das ART'S, tendo em vista a permanência de comentários negativos, principalmente no item "atividade técnica", porém tal situação foi apontada em 2016 e em 2017 começou a serem produzidos tutoriais para auxiliarem os profissionais na emissão das ART's, como a ferramenta é um recurso novo, os profissionais estão em fase de adaptação.

Em relação a Certidão de Acervo Técnico - CAT, na pesquisa de 2016 mostrou um questionamento no que tange ao layout do documento, considerado muito simples e sem passar legitimidade, tal sugestão foi revista em 2017 e o visual da CAT foi reformulado, esta ação ocasionou muitos elogios na pesquisa de 2017.

Por fim, outra sugestão foi atendida na pesquisa de 2016, a qual sugeria a criação de um chat Online para tirar dúvidas e o mesmo foi implementado em 27/10/2016 e aperfeiçoado em 2017. No geral foram 175 avaliações, na qual houve 113 elogios (64,57%), 20 reclamações (11,42%) e 42 sugestões (24%).

6.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Em dezembro de 2015, o Crea instalou uma nova plataforma *online*. Seguindo a premissa da Lei de Acessibilidade de Informação (12.527/11), foi instaurado o Portal de Transparência do Conselho. Em 2016 foi realizado o levantamento das atividades relacionadas nos últimos anos para o carregamento no site.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ainda com o objetivo de ampliar a disponibilidade das informações, em 2017 acrescentamos outros itens informativos para contribuir com a melhor transparência para os internautas que acessa o nosso sítio. “Além de acrescentar o link ‘Portaria’, também disponibilizamos páginas que detalham mais sobre os serviços financeiros.

A estrutura do Portal da Transparência está elaborada a forma apresentada no esquema abaixo:

1. Institucional

- a. Estrutura Organizacional;
- b. Contatos Institucionais;
- c. Endereços, Telefones e E-mail;
- d. Datas Comemorativas;
- e. Legislação;
- f. Serviços oferecidos e prazos;
- g. Setores e Ramais;
- h. Inspeção e Escritórios;
- i. Programas, projetos, ações e obras;
- j. Quantitativo de serviços oferecidos.

2. Portarias

- a. Portaria 03/2018 – Livro de Ordem;
- b. Portaria 28/2017 – Valores de Diárias;
- c. Portaria 43/2015 – Responsabilidade por Portal da Transparência.

3. Gestão de Pessoas

- a. Relação e quadro de servidores;
- b. Organograma;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- c. Remuneração dos servidores;
- d. Relação de estagiários;
- e. Plano de Cargos, Carreiras e Salários;
- f. SESMT.

4. Gestão Financeira e Orçamentária

- a. Despesas;
- b. Receitas;
- c. Balanço Financeiro;
- d. Balanço Orçamentário;
- e. Balanço Patrimonial;
- f. Diárias e Passagens;
- g. Comparativo de Receita;
- h. Comparativo de Despesa;
- i. Fluxo de Caixa;
- j. Variações Patrimoniais;
- k. Orçamento;
- l. Demonstrativo de Empenhos e Pagamentos;
- m. Relação de Empenhos.

5. Licitações

- a. Editais;
- b. Contratos;
- c. Atas;
- d. Resultados;
- e. Relação das Licitações;
- f. Termos de Contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

6. Gestão Estratégica

- a. Mapa Estratégico;
- b. Planejamento Estratégico.

7. Convênios

- a. Convênios Concedidos;
- b. Convênios Recebidos;
- c. Termos de Cooperação Técnica;
- d. Termos de Convênio;
- e. Contrato Emissão de ART.

8. Seleção Pública

- a. Convocação;
- b. Edital;
- c. Gabarito;
- d. Lista de aprovados.

9. Plenárias

- a. Atas Plenárias;
- b. Calendário;
- c. Pautas;
- d. Decisões Plenárias.

10. Câmaras Especializadas

- a. Engenharia Civil e Agrimensura;
- b. Agronomia;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- c. Engenharia Elétrica;
- d. Engenharia Mecânica e Metalúrgica;
- e. Geologia e Minas;
- f. Engenharia Mecânica, Metalúrgica, Geologia, Minas e Segurança do Trabalho.

11. Órgãos de Controle

- a. Relatório de Gestão;
- b. Relatório de Auditoria Independente;
- c. Relatório de Auditoria CONFEA e TCU.

12. Fiscalização;

- a. Relatórios quantitativos.

13. Infraestrutura

- a. Patrimônio.

14. Inspetoria

- a. Demonstrativos Mensais.

15. Dúvidas Frequentes

- a. Serviço de Informação ao Cidadão.

Endereço eletrônico para as informações: <http://www.CREA-Al.org.br/portal-da-transparencia/>

Segue print da estrutura do Portal da Transparência:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

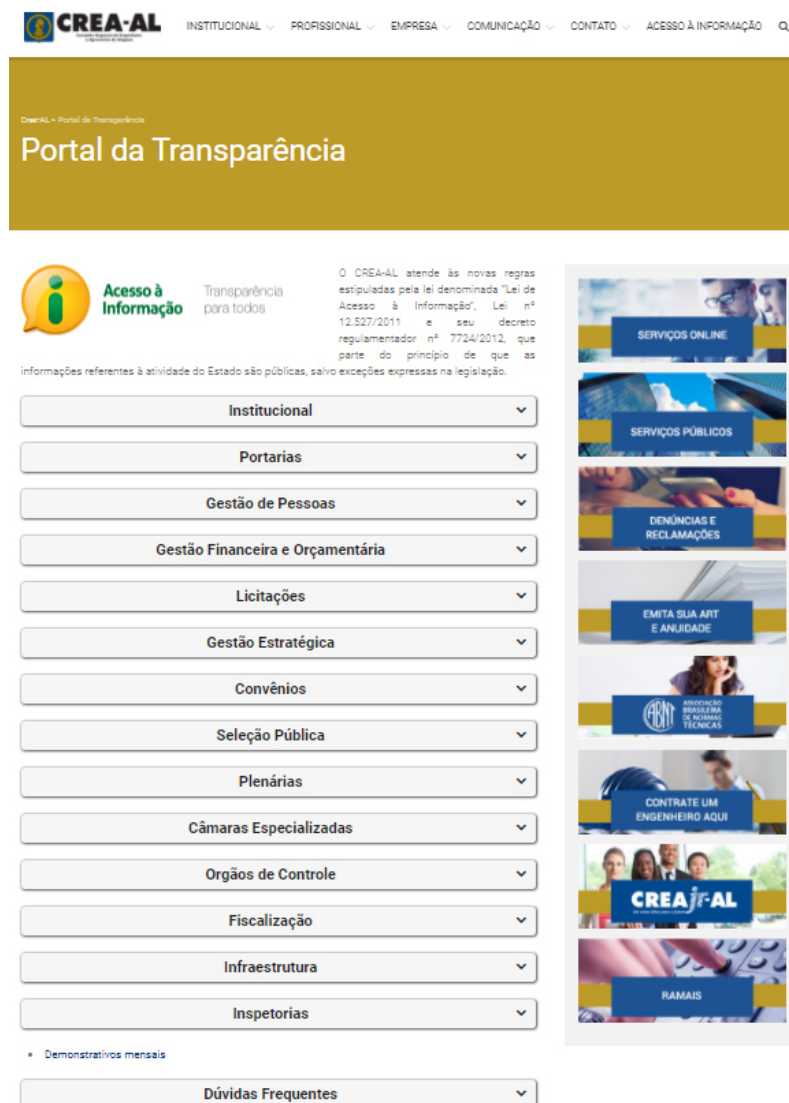


Figura 3 - IMAGEM DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

6.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em relação às políticas de acessibilidade tanto na estrutura do CREA-AL como também nos serviços, o Conselho dispõe de rampas de acesso e elevadores na entrada e nas dependências do prédio, além disso, o site disponibiliza a opção Chat Online que pode ser utilizada como ferramenta de alcance a portadores de necessidades auditivas, em 14 de julho de 2017 também foi implementada a Unidade de Resposta Audível (URA), neste serviço tanto a sociedade quanto portadores de necessidades visuais podem se informarem em relação aos serviços oferecidos pelo Conselho, tirar dúvidas e falar



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

com a equipe de funcionário a respeito de assuntos variados dentro do sistema CONFEA/CREA.

Em um apanhado geral essas medidas são modestas, porém apresentam um bom resultado prático, permitindo aos portadores de necessidades especiais que acessarem as dependências físicas do Conselho e se utilizarem dos serviços.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Desempenho financeiro no exercício

Com uma população – estimada pelo IBGE em 2016 – de 3.358.963 habitantes, o Estado de Alagoas tem 102 (cento e dois) municípios e a sua Capital, Maceió, uma população estimada de 1.021.709 habitantes. Com um dos piores IDH do país a economia do Estado tem como base o setor público, especialmente nos governos Federal e Estadual, ficando sob a égide da administração pública a maior parte dos investimentos em obras e serviços de engenharia.

Dentro desse contexto o Estado de Alagoas vem acompanhando as dificuldades da economia do país que se reflete na economia local quando deixa de receber, como deveria, os repasses do Governo Federal para investir em obras públicas e no setor primário. Acrescente a essa situação a crise do setor sucroalcooleiro que por décadas foi o principal sustentáculo da economia de Alagoas, que gerava milhares de empregos e contribuía com quase 45% da arrecadação de impostos do estado. E o que se vê agora é a quebra do setor com as suas unidades fechando a cada ano e sem nenhuma perspectiva do retorno do seu crescimento.

Também é importante que se saiba que dois fatores contribuíram para o CREA-AI apresentar déficits anuais: a saída dos arquitetos, que passou a ter o seu próprio Conselho e a redução do valor da ART, mas em 2017 o CREA-AI passou por um momento de recuperação, aumentando sua receita em relação ao ano anterior num percentual maior do que o reajuste anual e também com redução de sua despesa de pessoal após a realização do Plano de Demissão Voluntária – PDV, trazendo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

estabilidade econômica e financeira para a entidade, conforme atesta o Demonstrativo de Resultado dos dois últimos exercícios:

QUADRO 41 - DRE - CREA-AL

DRE - CREA-AL		
	2016	2017
RECEITA	5.195.618,99	6.089.276,18
DESPESA	(5.430.327,84)	(5.374.426,22)
RESULTADO	(234.708,85)	714.849,96

Em 11 de dezembro de 2015 o CREA-AL firmou contrato junto ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia para a Recuperação de Pagamento deste Regional, quando foi repassado, a fundo perdido, o valor de R\$ 584.106,95 (quinhentos e oitenta e quatro mil cento e seis reais e noventa e cinco centavos) destinado a pagamento de despesas do exercício.

E para suprir o déficit de caixa previsto para o exercício de 2016 o CREA-AL firmou contrato para a Recuperação de Pagamento deste Regional e recebeu, em 22.12.2016, a fundo perdido, o valor de R\$ 553.717,65 (quinhentos e cinquenta e três mil e setecentos e dezessete reais e sessenta e cinco reais) com a finalidade específica de utilizar esse recurso no pagamento da folha de pessoal durante os meses de dezembro de 2016 e janeiro, fevereiro, março e abril de 2017.

Esses fatos impactaram diretamente na saúde da economia deste Conselho que teve sua arrecadação fortemente afetada com a instabilidade da situação em que o Estado de Alagoas se encontra. O percentual de crescimento da receita, no exercício de 2016,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

foi de 13,00% (treze por cento) quando comparado ao exercício de 2015. Apesar de acompanhar o crescimento da despesa, que no exercício de 2016 foi de 6,24% (seis virgula vinte e quatro por cento) a receita não foi suficiente para o equilíbrio do fluxo de caixa devido ao déficit verificado no exercício, principalmente no que diz respeito a manutenção da Sede e sem contar que os funcionários do CREA-AL não recebem nenhum tipo de melhoria salarial nem de benefícios desde 2010, garantindo-lhes apenas a reposição do índice IGPM. Já em 2017 tivemos um acréscimo da receita em 16% (dezesesseis por cento) e uma redução na despesa geral de 1% (um por cento), sendo que na folha de pagamento essa redução chegou a 11% (onze por cento).

QUADRO 42 - DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA DO CREA-AL

Situação em 31.12.217

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA DO CREA-AL				
CONTA/ANO	JANEIRO-DEZEMBRO			
	2016	2017	DIFERENÇA	%
DESPESA COM MANUTENÇÃO	911.486,03	1.228.829,85	317.343,82	35%
DESPESA COM PESSOAL	4.262.029,98	3.798.921,03	-463.108,95	-11%
DESPESA COM PASSAGEM	27.493,12	28.584,81	1.091,69	4%
DESPESA COM DIÁRIAS	68.976,00	78.881,85	9.905,85	14%
DESPESAS DIVERSAS	160.342,71	239.208,68	78.865,97	49%
TOTAL	5.430.327,84	5.374.426,22	-55.901,62	-1%



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

O Gráfico abaixo apresenta o comportamento da receita de 2017, quando comparada ao exercício de 2016.

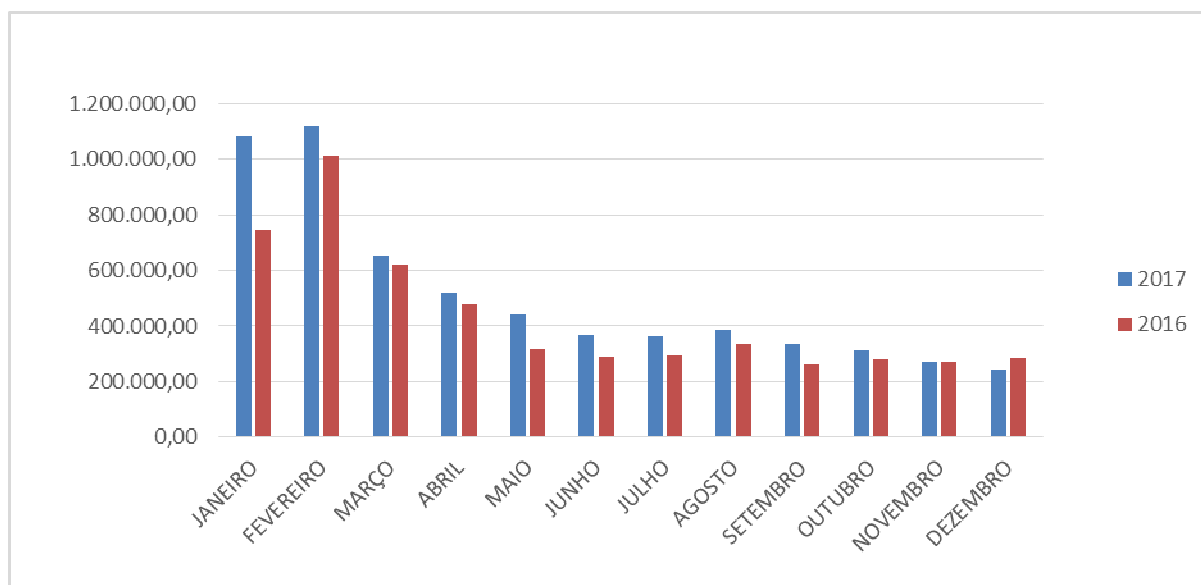


Figura 4 - Comportamento da Receita do CREA-AL

Com a recuperação da receita e a realização do Plano de Demissão Voluntária – PDV o CREA-AL está no caminho do progresso e recuperação financeira e econômica, terminando o exercício, após 05 (cinco) anos de déficit consecutivos, encerramos o ano de 2017 em superávit, reestabelecendo assim o seu equilíbrio econômico e financeiro.

7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Em 31.12.2016 o CREA-AL contratou a empresa: Investor Consulting Partners Consultoria Ltda, CNPJ 13.711.795/0001-98, responsável técnico Guilherme de Carvalho Lott, CREA 102.448/D a mesma realizou o Laudo de Avaliação do Imóvel, tendo como objetivo a determinação do valor justo líquido de venda. A aplicação do teste de Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (Impairment – CPC 01), emitido pelo comitê de pronunciamentos contábeis, e aprovado pela Diliberação CVM nº 527, de 01



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

de novembro de 2007. Grau de Fundamentação II para o método evolutivo, de acordo com a NBR 14.653-2. Dessa forma, o bem imóvel atualizado na contabilidade está de acordo com o Laudo Patrimonial apresentado na especificação acima e com as atualizações de depreciação de acordo com a tabela Hoss – Heidecke – Depreciação de Benfeitorias. Anexo 2 do Laudo.

No mesmo período, em 31.12.2016 foi também realizado o laudo de Avaliação dos bens Móveis pela mesma empresa, tendo como objeto o Ativo imobilizado pertencente ao CREA-AL e como objetivo a aplicação do teste de redução ao valor recuperável dos ativos (impairment – CPC 01), emitido pelo comitê de Pronunciamentos Contábeis, e aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 01 de novembro de 2007. Apuração da vida Útil Residual dos bens, para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 583/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo imobilizado e Instrução ICPC 10, finalidade foi ao atendimento à legislação contábil vigente.

Diante do exposto, em 31.12.2016 todos os bens móveis e imóveis encontram-se devidamente contabilizado de acordo com o Laudo de Avaliação Patrimonial.

A depreciação, amortização e exaustão mensal está prevista para acontecer no exercício de 2018, pois em 2017 trabalhamos com a capacitação dos funcionários para patrimônio e em 2018 estamos realizando licitação para impairment e parametrização do sistema de patrimônio com a contabilidade.

7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O CREA-AL não apurou os custos das Gerências no Exercício de 2017, pretendendo começar o uso desta prática no exercício de 2019.

7.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Os Demonstrativos Contábeis segue no Anexo II deste Relatório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ANEXOS